

U n i v e r s i d a d e d e É v o r a

*O fenómeno do despovoamento rural
perante o olhar da Arquitectura*

Dissertação da tese de Mestrado integrado
c u r s o d e A r q u i t e c t u r a

C a r i n a A l e x a n d r a G r a c i a n o T a v a r e s

É v o r a | M a r ç o | 2 0 1 0

U n i v e r s i d a d e d e É v o r a

*O fenómeno do despovoamento rural
perante o olhar da Arquitectura*

Dissertação da tese de Mestrado integrado
c u r s o d e A r q u i t e c t u r a

Orientador: Dr. Arqt. João Gabriel Soares

Carina Alexandra Graciano Tavares

Dissertação apresentada à Universidade de Évora para
obtenção do grau de mestre no curso de Arquitectura.

O júri presente:

João Nazi pereira

Marta Sequeira

João Gabriel Soares

Esta versão contempla a alterações sugeridas pelo júri.

À memória de, quem tudo me ensinou, meu pai.

Agradecimentos

A quem tanto me incentivou, encorajou, compreendeu e acreditou, a vós:

Mãe e António.

Ao João Leal pelo grande apoio na recta final deste percurso.

Às pessoas sem as quais não teria conseguido reunir,
transformar e elaborar os elementos necessários à realização deste trabalho:

Álvaro Domingos, Geógrafo

Arq.tos. Alexandre Alves costa e Sérgio Fernandes, Atelier 15

Arq.to Henrique Pereira, Câmara municipal de Mirandela

Arq.to João Grandim Ribeiro, Câmara municipal de Bragança

Ema Pires, Antropóloga

Fábia Azevedo - Associação aldeia

Gabriel Jesuino, Edia

Luís Pereira, Arqueólogo

Ricardo Morais (topografo) câmara municipal de Mogadouro

Em especial ao meu coordenador Arq.to João Soares,
que me mostrou caminhos, e tornou possível dar consistência a
ideias frágeis e abrandar toda a minha inquietude.

Resumo

A elaboração deste trabalho pretende dar visibilidade a uma problemática social e cultural relacionada com o património físico construído, sobre o ponto de vista arquitectónico.

Questionam-se e interpretam-se reflexões contemporâneas, que lidam com a questão do despovoamento rural, conscientes de todos os processos endógenos e exógenos reflectidos na falta de desenvolvimento, estagnação ou abandono do mundo rural.

A reunião de casos revitalizados, em que colaboraram pensadores, arquitectos e ateliês com pensamentos arquitectónicos pertinentes, permitir-nos-ão perceber até que ponto a arquitectura tem a capacidade de ser trabalhada.

Numa última abordagem apresentam-se três aldeias que perspectivam um panorama do universo das aldeias interiores – o abandono, a estagnação e a “aldeia turística”.

O objectivo passa por suscitar uma certa inquietude sobre estes territórios para que possam ser pensados, trabalhados e actualizados por uma nova geração de arquitectos.

Abstract

The preparation of this paper intends to give visibility to a social and cultural issue related to the physical built heritage on the architectural point of view.

Contemporary reflections are being questioned and interpreted, which deal with the issue of rural depopulation, aware of all the endogenous and exogenous processes reflected in the lack of development, stagnation or abandonment of rural areas.

The gathering of cases revitalized in collaboration between thinkers, architects and architectural studios with relevant architectural thoughts, allow us to realize the extent to which architecture has the ability to be worked.

In a last approach three villages are presented which envisage an overview of the inner universe of villages - the abandonment, stagnation and "tourist village".

The objective is to raise some concern about these areas so they can be thought of, worked and updated by a new generation of architects.

Índice Onomástico

A

Agustín Santana Talavera: 38,
39

Alberto Melo, 3

Alexandre Alves Costa: 52

Álvaro Domingos: 20, 31

Álvaro Siza: 75

Ana Tostões: 103

António Ramos: 18, 22

B

Bruno Neves: 21

C

Cancela d'Abreu: 9

Cândido de Figueiredo: 11

Carl Honoré: 36

Carminda Cavaco: 18, 22, 38

Carolina Coelho: 103

E

Ebenezer Howard: 6

Elisabete Figueiredo: 4

Ernesto veiga de Oliveira: 5

F

F. O. Baptista: 7, 31

Fernando Galhano: 5

Fernando Távora: 103

Francisco Martins Ramos: 21

Frederico Lucas: 69

G

G. J. Coelho Dias: 3

Giancarlo De Carlo: 59

Gonçalo Ribeiro Telles: 6

J

João Alves, 15

Jorge Gaspar: 10,17, 65

José Viegas: 67

L

L. Mergulhão: 41

Le Corbusier: 103

Luigi Snozzi: 100

Luís Manuel Costa Moreno: 41

Luís Pereira: 83

Luís Ramos: 19

Luís Silva: 17

Luiz Philippe Peres Torelly: 9

Nuno Santos: 21

O

Orlando Ribeiro, 10

P

Paulo Machado: 77

Pérez Correa: 18

Peter Zumthor: 101

M

M.Ribeiro: 41

Manuel Taíña: 103

Marc Augé: 40

Maria José Roxo: 21

Marta Inez Medeiros Marques:
4

N

Nuno Miguel Fernandes

Azevedo: 19

R

Regina Lopes: 11

S

Sérgio Fernandez: 52

T

Teresa Correia: 9

Teresa Sá Marques: 67

Índice

I.	INTRODUÇÃO	1
II.	INTERIOR E RURALIDADE enquadramento	
	II.I O espaço rural	3
	II.II A ruralidade em números	7
	II.III Paisagens culturais	9
	II.IV Estatutos das “Aldeias”	11
III.	PÓS-RURLIDADE conceitos interpretativos	17
	III.I O fenómeno do Despovoamento Rural	19
	III.II Desertificação e Desertificação Humana	21
IV.	ANÁLISE DE INSTRUMENTOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO	23
	IV.I As políticas de acção da União Europeia	23
	IV.II Principais planos de apoio	25
	IV.III Outros programas de apoio ao desenvolvimento rural	26
V.	FACTORES DETERMINANTES A questão da revitalização	29
	V.I As políticas agrárias	29
	V.II O Turismo Rural	31
VI.	CASOS REVITALIZADOS	43
	VI.I Idanha-a-Velha Portugal	45
	VI.II “Pueblos de Educación” Espanha	53
	VI.III “Colletta di Castelbianco <i>televillage</i> ” Itália	59
VII.	TRÊS ALDEIAS NA REGIÃO DE TRÁS-OS-MONTES	63
	VII.I Aldeia desertificada Santo André	71
	VII.II Aldeia pouco transformada Pinho Velo	85
	VII.III Aldeia Turística Montesinho	91
VIII.	REFLEXÕES o olhar da arquitectura sobre o fenómeno do despovoamento rural	97
IX.	ANEXOS	105
X.	GLOSSÁRIO	133
XI.	ÍNDICE DE IMAGENS	135
XII.	BIBLIOGRAFIA	137

I. Introdução

“Na maior parte das áreas rurais periféricas da Europa, nas últimas duas décadas, os processos endógenos e, principalmente exógenos, de ordem demográfica, social, económica, cultural e ambiental, intensificaram-se tendo vindo a contribuir para a sua diferenciação interna”.

In, 1º congresso de estudos rurais, 2001

Portugal é identificável por dois eixos de desenvolvimento diferenciados: o eixo Norte | Sul e o eixo Litoral | Interior. Estes dois eixos dividem o país em zonas desenvolvidas, mais ricas e com maior dinamismo demográfico; e em zonas mais pobres, economicamente débeis e com estruturas populacionais envelhecidas.

Nesta última, insere-se a região de Trás-os-Montes, onde se localizam as três aldeias de referência. A sua situação demográfica é delicada devido ao seu grau de envelhecimento e despovoamento que, tudo aponta, tende a crescer.¹

As políticas que têm vindo a ser desenvolvidas e implementadas, bem como a conciliação das actividades agrárias com outras que podem ser desenvolvidas em meio rural (artesanato, turismo rural, turismo de habitação e actividades ambientais) tem permitido garantir rendimentos e fixar as pessoas,

Para resistir ao abandono e desaparecimento de aldeias, os municípios tentam encontrar uma oferta diferenciada que permita a sua continuidade.

Trata-se de um abordagem racional interventiva que pode ser eficaz se for pensada a nível global e não direccionada para um único objectivo.

1. “Em 2000, o Índice de Envelhecimento (IE) da população, traduzido no número de idosos por cada 100 jovens, era de 102 para Portugal. Até 2050 a população de todas as regiões, qualquer que seja o cenário escolhido, envelhecerá, podendo mesmo o IE situar-se nos 398 idosos por cada 100 jovens, em 2050 no cenário mais pessimista, quase quadruplicando assim o valor deste indicador no decorrer dos 50 anos em projecção. “

INE, “Projeções de População Residente, Portugal e NUTS II – 2000-2050”, 31 de Março 2004

Em Portugal já há vários exemplos de intervenções que procuram contrariar o fenómeno do despovoamento, nomeadamente na região do Algarve, na região das Beiras e no Minho.²

A região de Trás-os-Montes tem vindo a perder cada vez mais o seu património construído e sobretudo habitantes. “As áreas mais afectadas são as mais afastadas e/ ou isoladas, muitas vezes serranas”, onde se encontram aldeias abandonadas e em total ruína. A probabilidade de estas persistirem na nossa cultura é que possa haver uma relação com o tempo actual.

A relação do tempo contemporâneo com o tempo passado só pode existir se compreendermos e questionarmos o que aconteceu nestes lugares, o que deixou de existir para que fossem abandonados. Procuram-se focalizar os aspectos endógenos associados às dinâmicas de desertificação, saber o que leva a que, em certos casos, a intervenção actue sem ter em atenção o seu passado? O que pode a arquitectura fazer para que o “património edificado” não seja permanentemente perdido?

Nesta perspectiva de análise feita sobre paisagens interiores do país, evidenciando aldeias devolutas de gentes e recursos, detentoras de uma série de factores (paisagístico, ambiental, territorial, cultural e de uma identidade perdida, provocada por um despovoamento), a investigação teve como premissas principais e metodológicas: a caracterização de casos semelhantes de abandono, de recuperação ou de total perda; a reunião de elementos comparativos dos projectos já concretizados no âmbito da dinamização das aldeias despovoadas ou em vias de o serem; E na reflexão das intervenções executadas.

Pretende-se que este trabalho, de algum modo, forneça informações base para um diagnóstico satisfatório dos problemas que afectam irremediavelmente, o modo de habitar e de viver neste mundo rural.

2. Respectivamente Aldeia de Alte no Algarve, Aldeia de Janeiro nas Beiras com o programa das Aldeias de Xisto e no Minho o exemplo da Aldeia de Agra (*premiada em 1997 na Galiza como um exemplo original de turismo integrado*) “Aldeia de Agra: a sua população face a um desenvolvimento sustentado”.

II. INTERIOR E RURALIDADE | enquadramento

II.1 O espaço rural

“Pode-se apelar de rural a totalidade do espaço não urbano? Poderão definir-se como rurais as montanhas Himalaias, as florestas tropicais da Amazónia ou o deserto do Sahara? É evidente que o campo é um componente essencial em qualquer área rural mas as pessoas também!”³

Alberto Melo, 1994

Vasta matéria se tem produzido para definir o conceito de rural, sem resultados concretos, deixa-nos demasiado espaço de manobra para retirar uma só conclusão. Mas, muitos se têm manifestado para chegar a uma definição coerente e suficientemente plausível que defina este espaço. O mundo rural é tão vasto e diversificado que se percebe a dificuldade em caracterizá-lo.

Segundo Ricardo Abramovay (2001), o conceito de rural é de natureza territorial e não sectorial, não pode ser encarado como uma etapa do desenvolvimento social derrotado pelo progresso e pela urbanização.

Dias Coelho (1994), afirma que não resulta somente de uma configuração territorial de vales e montes, mas também das condições socioeconómicas dos seus habitantes.

Alberto Melo (1994), sugere que as definições anteriores se complementam, caracterizando este espaço rural na existência de uma paisagem humanizada, em resultado da convivência do Homem e a Terra. É aqui que reside a chave desta investigação nesta definição, em que efectivamente são as pessoas que dão sentido ao rural.

3. Alberto Melo, *in* Revista Rurália, “O Espaço Rural em Questão – contributos para uma reflexão em torno do conceito de Ruralidade”, nº3, Arouca, 1994, págs. 23-31.

Sorokin e Zimmerman (1929) definem o espaço rural como oposto ao urbano, e o rural define-se como habitado por famílias de agricultores que encontram na natureza o seu meio de subsistência, catalogando-o como um espaço de reduzidas dimensões, com fracas densidades populacionais e com um elevado grau de homogeneidade dos habitantes, a nível racial e psico-social.

O universo rural é também entendido como antítese da cidade, é nele que se encontram os ambientes bucólicos e tranquilos, “ o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades[...]”, segundo a afirmação de Marta Marques (2002).

Segundo Sidónio Pardal (2002) no imaginário da população urbana, o rural de outrora patenteava todos os valores positivos da vida quotidiana, e são estes que o (rural) defendem em virtude da própria cidade.

Mas muitos valores do espaço rural sofreram mutações ao longo dos tempos. As características de há duas ou três décadas já não são as mesmas.

“As transformações ocorridas no mundo rural foram profundas e demasiado importantes, contribuindo para que com maior pertinência, se coloque a questão da continuidade do mundo rural versus o seu desaparecimento”.

E. Figueiredo, 1994

É imprescindível integrar num processo histórico as diferentes realidades, uma vez que a própria dinâmica da evolução das vivências humanas, ao longo da história, teve diferentes configurações na apropriação do território, repercutindo em diferentes períodos diferentes conceitos.

Ao falarmos do rural não podemos descurar no discurso sobre a “vida rural” a agricultura, nem o que dela depende para sustentar uma vida num meio rural para quem não tem outro meio de subsistência.

A agricultura e a sociedade rural alcançavam, em meados do séc.XX, a sua maior expressão demográfica. Estamos a falar de aldeias e lugares que baseavam a sua actividade laboral e a economia na exploração de todo o espaço agrícola

disponível. Contrariamente ao que hoje presenciamos, não havia espaço para os terrenos incultos.

A profunda alteração tecnológica, a monitorização e a redução do trabalho realizado por animais, levou ao excedente de mão-de-obra e conseqüentemente à falta de trabalho. Esta transformação, de um trabalho manual para um industrial, pesou muito no declínio da economia da sociedade⁴.

Embora outros domínios fizessem parte desta mudança da ruralidade, foram mais profundos os sofridos pelo avanço das tecnologias; estes conseguiram que os “modus vivendi” deste espaço fossem completamente alterados.

A própria casa, a denominada “casa tradicional”, a referência que nos remetia imediatamente para o “mundo” rural, também sofreu alterações, proeminentemente incidentes nos materiais. Oliveira e Galhano (1992) dizem-nos que a casa “dessacralizou-se completamente, e é agora meramente um valor económico [...] em primeiro lugar quanto aos materiais locais, que são substituídos por outros de carácter industrial ou semi-industrial [...] em seguida e conseqüentemente, ela atinge as formas, plantas e proporções das casas, organizações e apetrechamento do seu espaço interior – que tendem a uniformizar-se por toda a parte – e princípios arquitectónicos, determinados e ajustados a novas concepções de viver.”

4. Uma sociedade rural, geograficamente, caracterizado por vários autores, é identificada pela população isolada e que habita em aglomerados com menos de 2 000 habitantes.

“Não devemos esquecer que o apreço pela paisagem como objecto que a vista humana descobre assentou desde a antiguidade no culto da natureza e da fecundidade, na exaltação do ruralismo e da vida rural, na apreciação das coisas do campo e da agricultura.”

Gonçalo Ribeiro de Telles , 2004

O autor afirma ainda que só nos finais do séc. XIII e no XIV é que nasceu o gosto pelo exótico da paisagem e do rural. E se a cidade teve uma expressão pontual no território, considerou-se a partir da revolução industrial que a paisagem rural é o todo, é a envolvente da urbe; com o movimento romântico, séc. XIX este gosto é levado à sua maior expressividade.

Nesta fase da história, o rural e o urbano são apresentados como uma perspectiva dicotómica, devido á formação de vastas áreas urbanas, onde se perde a unidade cidade-campo, que Ebenezer Howard defendia ser o ideal de cidade. Já não existe relação nem tão pouco a inter-relação que permitia que uma complementasse a vida da outra. Resta, a constante regressão e degradação do rural e, a urbanum acelerado processo de crescimento.

K. Ponte (2004) diz-nos que este facto “associa o rural ao atraso, à baixa densidade populacional, ao isolamento, à falta ou precariedade de infra-estruturas. Já o urbano, é indissociável ao progresso, desenvolvimento, modernidade, concentração de serviços, infra-estruturas, indústria” e todos os elementos representativos de desenvolvimento.

II. II A ruralidade em números

A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) em 1996, adianta que cerca de um quarto (28%) da população da OCDE (fig. 1) vive em regiões predominantemente rurais, muitas delas bastante longínquas, onde a maioria dos habitantes pertencem a pequenas comunidades espalhadas pelo território. Em contraponto, 40% da população da OCDE concentra-se em menos de 3% do território, nas regiões fortemente urbanizadas.

Portugal é caracterizado como um país dualista, com grandes proporções no âmbito rural; o PEN (2006) dá-nos uma imagem esclarecedora deste panorama em que a 86% da superfície continental tem características rurais e apenas 5% se apresenta profundamente urbano (fig. 2).

Nas zonas urbanas o aumento de população verificou-se até meados da década de 1970. Esta tendência foi alterada a partir de então, por um declínio relativo – tanto do urbano como do rural profundo - em favor do desenvolvimento dos denominados ‘campos periurbanos’⁵.

A relação espaço-tempo constitui o cerne da questão da ruralidade para Castle (1991), enquanto que a OCDE refere que as questões territoriais de ruralidade esquecem a importante dimensão sócio-económica e a diversidade de qualquer território que é classificado como rural.

A abordagem da OCDE em relação a políticas rurais incide em dois documentos emblemáticos: o comunicado da Comissão Europeia ao Concelho e ao Parlamento, “o futuro do mundo rural”, de 1988; e a “declaração de Cork”, o resultado da conferência “A Europa Rural – Perspectivas de Futuro” de 1996. São documentos que fazem um resumo dos consensos analíticos elaborados no decorrer do período de desgaste da Política Agrícola Comum (PAC). Como ferramenta de revisão foi lançado o programa LEADER – “Ligações Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural” em 1991⁶.

5. Expressão pertencente a Baptista, F.O [1993]: “Agricultura em espaço rural.”

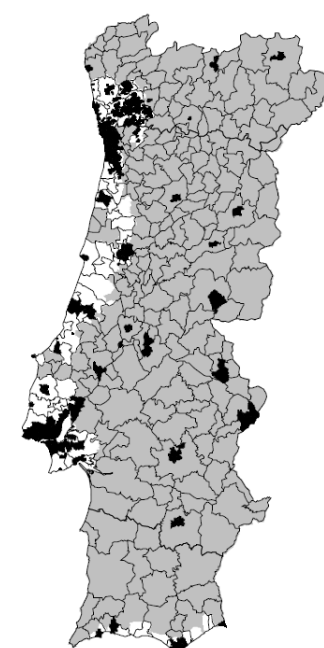
6. Cf. <http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/>

Fig.1, fonte OCDE



■ Países Membros da OCDE

Fig.2, Distribuição da ruralidade em Portugal Continental



■ Freguesias Urbanas [629]
□ Freguesias Periurbanas [627]
■ Freguesias Rurais [2.972]

Retirado do PEN 22.05.06_base metodologia OCDE

Nos EUA esta temática foi manifestada num Workshop em 1990 “Post-Industrial Rural Development: the role of Natural Resources and the Environment” ; destas interações entre políticas e investigadores de diferentes dinâmicas da área rural resultaram uma série de consensos gerais⁷ (resumidos em 10 pontos no anexo I) que apontam vantagens competitivas das áreas rurais em quatro recursos, muitas vezes subestimados aquando da abordagem sobre o crescimento e desenvolvimento das mesmas: civismo, cultura, meio ambiente e conhecimento local.

O plano estratégico Nacional (PEN) para Portugal delimita a ruralidade do país onde, no total da superfície continental, 86% tem características rurais e somente 5% se apresenta como urbano.

Este plano assenta como definição do “Mundo Rural Português”⁸ nas políticas de coesão que se regem eminentemente pelos fundos da união europeia. Esta política subdivide o território português em 5 NUT II ^{*9}. A preocupação para a caracterização deste meio, por parte do PEN, passa pela identificação da ocupação dos solos de cada concelho, incidindo a característica dominante destas áreas rurais em áreas agrícolas.

*NUT é a sigla de Nomenclatura de Unidade Territorial. A Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro, e constitui a matriz delimitadora da recolha e compilação de informação estatística de base regional.

7. Os resultados integrais do workshop foram publicados pelo *North Central Regional Center for Rural Development, Iowa State University*

8. Plano Estratégico Nacional , Desenvolvimento Rural, 2007-2013, Portugal. PEN 22.05.06

9. *NUT*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2009.

II.III Paisagens Culturais

“Em princípio, assim como qualquer cidade é histórica, qualquer paisagem é cultural. Seja ela intocada ou totalmente alterada pela acção do homem. Ao observarmos uma paisagem, os sentidos são estimulados e as sensações são imediatamente processadas. O inconsciente atribui-lhe valores”.

Luiz Philippe Peres Torelly

[coordenador da comissão de promoção do património cultural]

Cancela d'Abreu e Teresa Correia salientam que o conceito de paisagem é repleto de complexidade, o que permite um largo espectro de definições e aproximações, largamente determinadas pela abordagem e especialidade de quem o utiliza. É também um conceito que tem vindo a ser cada vez mais utilizado em diferentes contextos e matérias.

A paisagem constitui um sistema complexo e dinâmico, onde os diferentes factores naturais e culturais se influenciam uns aos outros e evoluem em conjunto ao longo do tempo. A compreensão da paisagem implica o conhecimento articulado de uma realidade multifacetada. A expressão visual desta articulação, num determinado momento, constitui a paisagem que pode ser vista por cada observador, segundo a sua percepção e os seus interesses específicos, uma vez que a paisagem pode ser classificada e caracterizada segundo as percepções, emoções e sensações de cada qual, como nos refere Saraiva (1999).

A paisagem é assim, na generalidade do território europeu, uma paisagem cultural, expressão dos diversos recursos naturais existentes mas também da acção humana sobre esses recursos, como é definida na convenção europeia de 1972:

“As paisagens culturais são bens culturais. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas.”¹⁰

10. UNESCO, convenção de 1972

Este papel da paisagem já foi destacado por Orlando Ribeiro, ao afirmar que a paisagem de hoje, correspondendo a um produto do passado, constitui um registo da memória colectiva, tal como salienta J. Gaspar (1993): "a paisagem torna-se um elemento tão poderoso de identificação cultural que, como a língua e a religião - no que ela transporta de código comportamental - entra no pano de fundo do universo onírico [...] E o mais espantoso ainda é que, ainda como a língua e a religião, também a paisagem se actualiza permanentemente".

II.IV Estatutos das “Aldeias”

Aldeia, s.f. pequena povoação que não tem categoria de Vila ou Cidade. Povoação Rústica. Campo.¹¹

O conceito de “aldeia”, sempre se encontrou muito vinculado ao sector agrícola e às explorações comerciais ligadas ao campo.

Actualmente, com a evolução da economia em geral e do sector agrícola em particular, alterou-se esse conceito há muito pré-definido, mediante uma maior diversificação de actividades e desempenho de outras funções, que serão a alavanca para o seu desenvolvimento. Deste modo, a “aldeia”, com uma função económica mais autonomizada e por vezes liderante no território envolvente, passar a ser dinamizada como um núcleo económico capaz de suportar uma estratégia de desenvolvimento local e/ou regional.

Nesta linha directriz, afirma-se cada vez mais, a necessidade de fixar população activa neste meio rural sendo accionadas políticas por parte dos municípios; partem de programas de financiamento que impulsionam o desenvolvimento rural. Estes programas caminham todos no sentido da valorização de “Espaço Rural”, num espaço articulado, de dinamismo entre aldeias. Mas, muitas vezes, o que peca nestes programas é a formação de “*bolsas de intervenção*”¹² que não levam a um espaço coesivo. São aldeias que embora tenham sido revitalizadas na tentativa de uma acção de dinamização, permanecem como casos isolados.

No seguimento de uma nova procura, o turismo rural, prosperou. O regresso às origens onde se contrapõem o frenesim diário de uma vida impessoal e repetitiva com a vivência, ainda que fugaz, com a vida calma do campo em contacto com a natureza, é a procura de muitos.

11. FIGUEIREDO, Cândido de. “Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa”. 1953

12. Lopes, Regina. Seminário “disseminar a abordagem Leader”. 2006

É na tentativa de aliar esta experiência com o conforto e com a satisfação das necessidades básicas que as cidades proporcionam, que Associações de Desenvolvimento Local criaram redes de “Aldeias” que constituem a rede nacional de Aldeias Rurais (fig. 3). Estas, expressam o seu passado e as suas tradições na arquitectura vernacular, nas suas gentes, cultura, usos e costumes, e que por sua vez integram a rede europeia de Aldeias de Tradição¹³ / Villages of Tradition, definida pelos mesmos princípios.

Fig.3 Localização das “redes” das aldeias no território nacional

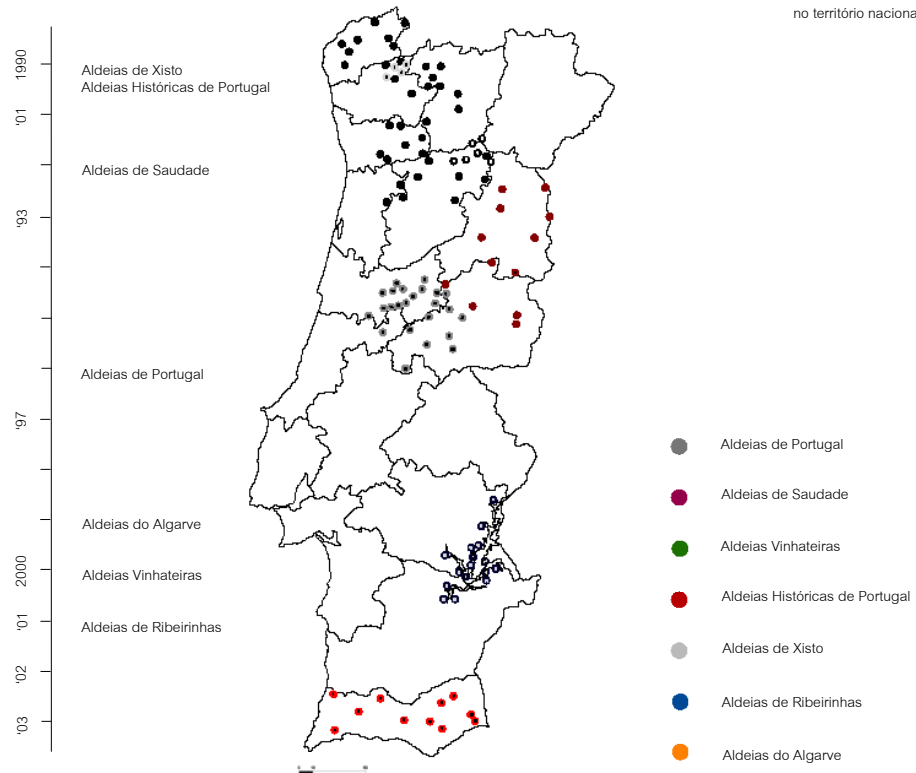


Fig.4 cronograma das “redes” das aldeias

Encontra-se no anexo II, este mapa de localização, com uma escala menor para uma melhor identificação de cada aldeia inscrita na “rede” que lhe corresponde.

13. A rede europeia de Aldeias de Tradição envolve as regiões de Entre Douro e Minho e Trás-os-montes (Portugal) Flevoland (Holanda), Galicia (Espania), North County Cork (Irlanda) y la Campania (Itália).

A constituição e definição da rede “Aldeias de Tradição” resultam do projecto de Cooperação Transnacional Aldeias de Tradição, promovido pelas Associações de Desenvolvimento Local dos territórios envolvidos, ao abrigo do Programa de Iniciativa Comunitária Leader II¹⁴.

O projecto da rede “Aldeias de Portugal” é um projecto de cooperação inter-territorial definido pela parceria de nove associações de desenvolvimento local, focalizadas na região do Alto Minho e cuja estratégia consiste na qualificação de um produto de excelência e diferenciado, na promoção e divulgação com o objectivo focado na valorização da região.

O Caderno de Normas (ver anexo III) publicado no “Pessoas e Lugares”¹⁵ clarifica o conceito de “Aldeia de Portugal” (que começou a ser definido em 1997, com a constituição da ATA - Associação de Turismo de Aldeia, pelas ADL Adril, Adriminho e Atahca), e estipula as condições para os alojamentos turísticos, unidades de restauração e produtos locais que pretendam utilizar a marca “Aldeias de Portugal”.

Através do Programa das Aldeias Históricas, são reabilitados desde 1991 núcleos urbanos nos concelhos de Coimbra, Castelo Branco e Guarda.

“O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal é uma das intervenções mais emblemáticas no património rural do interior do país. [...] enquanto património construído, enquanto ambientes de vida, enquanto capitais de culturas partilhável pelas memórias individuais e colectivas de todos nós -, este programa veio mostrar que há lugar no nosso país para uma política activa de qualificação do “Urbanismo Rural”. ”¹⁶

14. Um dos objectivos do LEADER II tem sido a valorização das “potencialidades territoriais” e da “riqueza do património regional”, e muitos projectos integraram acções de “sensibilização da população para a identidade territorial e para a prosperidade do desenvolvimento”.

15. “Pessoas e Lugares” é um Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ e que tem como objectivos: Divulgar, promover o LEADER+ e Reforçar uma imagem positiva do mundo rural

16. Comissão de Coordenação da Região Centro, 1999

O “Programa das Aldeias do Xisto” foi implementado a partir de 2001 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR).

“A rede das Aldeias de Xisto é um projecto de desenvolvimento sustentável, de âmbito regional, liderado pela ADXTUR - agência para o Desenvolvimento turístico das aldeias de xisto.” A ADXTUR gere uma marca, na promoção de “um território, cria riqueza através de serviços turísticos e, finalmente, preserva a cultura e o património rural beirão, pelo desenvolvimento integrado do território, contra a desertificação humana e o esquecimento.”¹⁷

A rede das aldeias de xisto não tem por objectivos um destino de massas; são 24 aldeias que proporcionam ofertas diferentes, convidam a que a experiência de outrora seja também vivida hoje, por quem ali passa: “um dos fornos a lenha foi recentemente recuperado. A sua primeira utilização serviu para juntar espontaneamente habitantes e visitantes fascinados com a alquimia do pão”¹⁸. É também dado a conhecer a técnica de construção em xisto, execução da construção apenas em pedra xistosa e barro. Para além de convidarem os visitantes a experimentarem estas actividades muitas outras foram novamente accionadas; a produção artesanal enriquece a economia da região com as vendas destes produtos.¹⁹

O Programa das “aldeias Vinhateiras” é Lançado em 2001, no âmbito da Acção Integrada de Base Territorial do Douro (AIBT do Douro) e vai de encontro aos principais objectivos já apresentados em “redes” anteriores.

O programa AQUA – Programa de ambiente e Qualidade Urbana dos Aglomerados do Alqueva criado em 2002, deu origem à elaboração de um Plano Estratégico de Qualificação Urbana e Ambiental das Aldeias Ribeirinhas (PE~AQUA) e que visa abranger 16 povoações.

O desenvolvimento destas aldeias está intimamente ligado ao plano de rega que a sua localização privilegiada lhes confere. Para além do sector de actividade

17. www.aldeiasdexisto.com

18. “Aldeias de Xisto: a descoberta começa aqui”, primavera 2006. nº2. Revista quadrimestral, págs.. 47-52

19. Idem

turística e de lazer, estas aldeias poderão-se-ão gerir pela sua sustentabilidade, podendo ressurgir, a curto prazo, na vitalidade socioeconómica destes territórios.

O Programa Operacional Regional – PROALGARVE 2000-2006,²⁰ identifica medidas destinadas à revitalização de áreas de baixa densidade, que no Algarve representam mais de 2/3 do território regional. Destas áreas o Programa definiu 11 aldeias para intervir, com o principal objectivo de criar energias capazes de provocar a perturbação necessária para garantir a qualidade de vida das populações, para incorporar modernidade e para preservar os valores que levaram a considerá-la como "aldeia com vida".

Existem ainda as “Aldeias da Saudade”, no território do Alto Cávado em plena região do Minho; apresenta-se como um espaço marcadamente rural, acentuado pelas características paisagísticas e ambientais, pelo património edificado, pela cultura e com a subsistência de uma agricultura, ainda, tradicional.

João Alves refere que é neste espaço que ainda perduram aglomerados rurais característicos, onde a arquitectura tradicional e o “modus vivendi” rural se combinam; que apesar de estarem localizadas em zonas interiores de montanha, despertaram nestes últimos anos para um processo de desenvolvimento sustentado, tendo como ponto de partida a valorização dos seus recursos endógenos.

Existe ainda a necessidade de referir um outro projecto que não envolve apenas aldeias nacionais: The Genuineland (fig.5). O projecto surge do conjunto de interesses de nove regiões europeias “com realidades e culturas diferentes, envolvidas na mesma problemática e com a convicção de que, em cooperação, poderão contribuir para a sustentabilidade das suas regiões e incentivar a políticas mais eficazes ao nível do empreendedorismo e apoio às PME's”²¹; este, para além de Portugal, envolve a Roménia, Itália, Finlândia e Polónia.

20. Adaptado de CCR Algarve, Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve, Faro, 2001 e Freitas, M., Memorando – Projecto Inovação em Design, Faro, 2001

21. www.genuineland.com

Fig. 5 Localização dos países do Projecto The Genuineland



O projecto de criação da Rede Europeia de Turismo de Aldeia, em 2007, foi galardoado com o Prémio Ulysses na Categoria de Inovação, atribuído pela Organização Mundial do Turismo e que pela primeira vez premeia uma entidade portuguesa.

Em Portugal a rede conta com 14 aldeias, apenas na região do Alentejo: Alegrete, Escoural, Evoramonte, Flor da Rosa, Hortinhas, Igreja, Juromenha, Pias, Porto da Espada, Santa Susana, São Cristóvão, São Gregório, Telheiro e Terena.

O projecto tem como objectivo contribuir, através da troca de experiências, disseminação de conhecimento e transferência de boas práticas, para a melhoria das políticas regionais e para o desenvolvimento económico das áreas rurais em que actua.

III. PÓS-RURALIDADE | conceitos interpretativos

“O principal estrangulamento ao desenvolvimento [...] reside na carência, quantitativa e qualitativa, de activos e no elevado grau de envelhecimento da população. A par dos problemas estruturais [...], existem algumas potencialidades, a valorizar num contexto de urbanização, rejuvenescimento e níveis demográficos moderados, em equilíbrio com as potencialidades”.²²

Jorge Gaspar, 1981

Em finais de 1980, através de políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento local em meio rural, iniciou-se uma batalha para atenuar a tendência de despovoamento, verificado já por volta de 1960 e que contribuía para um atrofio socioeconómico das áreas rurais de Portugal.

Estas políticas interventivas inferem em várias povoações rurais que se encontravam em vias de despovoamento. Este fenómeno também identificado como fenómeno de desruralização²³, desertificação Humana, ou a problemática da pós-ruralidade²⁴, sempre associados ao despovoamento em meios rurais.

As políticas interventivas investem sobre povoações e freguesias rurais com percursos socioeconómicos análogos, algumas produziram redes de aldeias. Por exemplo: a rede das “Aldeias da Saudade” no Minho, das “Aldeias Históricas de Portugal” na Beira Interior, das “Aldeias de Xisto” no centro das beiras, das “Aldeias Ribeirinhas” no Alentejo ou, das “Aldeias do Algarve” no Sul.

O despovoamento tendencial das zonas rurais e periféricas são facilmente identificáveis no mapa da distribuição da população em Portugal (anexo IV).

22. Jorge Gaspar in, “Portugal em mapas e números”. Livros Horizonte. 1981 (2ª edição). Lisboa

23. “Processo de declínio e abandono da economia-sociedade rural “tradicional” e dos seus territórios”, definição pelo professor Álvaro Domingues.

24. SILVA, Luís [2008], o autor não manifesta claramente a sua opinião sobre a pós-ruralidade, apenas contribui com a “apresentação de elementos empíricos e teóricos de reflexão em torno da pós-ruralidade em Portugal”, in *Arquivos da Memória – contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal*, nº4, 2008

O centro nacional de estatística (INE), através dos censos de 2001, refere que a concentração da população em regiões com mais de 10 000 habitantes tem um crescimento de 4 vezes mais, relativamente ao crescimento global da população. Enquanto nas regiões com menos de 2 000 habitantes tem um decréscimo de cerca de 8%. Carminda Cavaco e António Ramos²⁵ reconhecem que, “já na década de 1990 a concentração populacional se traduzia na “desertificação” humana de muitos espaços e núcleos populacionais não urbanos”.

O êxodo rural é mais um contributo para o despovoamento das zonas rurais e, embora com diferentes precursões atingiu todos os países da Europa e concentrou 75% da população em apenas 20% do território (Nilsson, 2002).

Todo o atraso que caracteriza a economia rural assenta num modelo industrial que gerou uma relação desigual entre as áreas urbanas e as áreas rurais, uma vez que o desenvolvimento daquelas foi feito à custa da perda ou da deteriorização dos recursos destas (Pérez Correa, 2002).

O retrato territorial do país em 2005 é de uma perda de população em metade dos municípios, centrando-se nos das zonas Norte, centro e sul interiores.

Da tomada de consciência desta situação, muitas políticas interventivas foram formuladas e implementadas, nomeadamente ao abrigo dos programas que albergam as redes de áreas rurais, algumas delas anteriormente identificadas.

25. Carminda cavaco e António Ramos [1994]

III.1 O fenómeno do Despovoamento Rural

Nas áreas periféricas da Europa, nas últimas duas décadas, os processos endógenos e exógenos, de ordem demográfica, social e económica, cultural e ambiental intensificaram-se, contribuindo para uma acentuada diferenciação interna, em termos de população.

Em Portugal, essa diferenciação varia desde a escala nacional, regional até à local, tendo como base a ocupação multifuncional do solo e do grau de diversificação das actividades da população rural.²⁶ Verificando-se uma diferenciação interna acentuada: zonas próximas de centros urbanos experienciam um forte crescimento; enquanto as mais afastadas ou/isoladas são afectadas pelo profundo envelhecimento da população e pelo despovoamento.

Estratégias de combate à desertificação, publicadas por parte de órgãos do estado, ficam como apontamento da preocupação manifestada para com o fenómeno:

“O acentuado despovoamento que se verificou faz com que hoje, em termos de presença humana, se reduza a uma população diminuta e envelhecida. E esse facto desmotiva [...] a aplicação de medidas nessas regiões, acentuando a tendência para o despovoamento cada vez maior e mais grave.

No outro extremo, as pessoas que abandonam estas áreas vão concentrar-se nas cidades, especialmente no litoral, criando-se assim enormes pressões sobre esta área, quer a nível demográfico, quer ambiental.

[...] a própria coesão nacional, não se compadece com a existência de uma parte do País cada vez mais desenvolvida, e outra cada vez mais abandonada.”

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-B N.º 158 — 9-7-1999

“Objectivos estratégicos e específicos do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação”

O despovoamento a que se assiste nas zonas rurais é inevitavelmente o resultado da diminuição da população agrícola, do envelhecimento da população, das

26. In, 1º congresso de estudos rurais, 16 a 18 Setembro 2001. CEGPR, Universidade de Lisboa

migrações campo | cidade e, do consequente processo de concentração urbana, segundo os autores N. Azevedo e L. Ramos.

Os recentes fenómenos de despovoamento afectam muitas vezes territórios e lugares já fragilizados e, portanto, caracterizados por uma perda das capacidades “criativas” de inovação e de reacção face à mudança.

São fenómenos que traduzem novas realidades e com elas novos conceitos como é o caso das "Shrinking Regions" (regiões encolhidas), os “territórios em perda” ou ainda os “territórios da baixa densidade e da rarefacção” que Álvaro domingos (2008) refere serem utilizados como reforço das políticas de “coesão social” dirigidas a populações envelhecidas.

O conceito de "Shrinking Regions" é do início do ano 2000, e generaliza o fenómeno de despovoamento à escala de regiões inteiras, incluindo cidades ("Shrinking Cities").

É ainda uma definição muito debatida por estar associada a outros fenómenos mais abrangentes e que correspondem à diminuição do número de habitantes de uma região durante uma geração.

Há inúmeras variantes que interagem directamente com estes fenómenos e estas, por sua vez, alteram as proporções com outro nível de parâmetros. Exemplos disso, são as variáveis do envelhecimento populacional e do índice demográfico.

O envelhecimento da população depende, não só, da idade média das populações, mas também, da sua esperança média de vida.

A redução demográfica nem sempre depende de um excedente das mortes relativamente aos nascimentos. Depende também, cada vez mais, das migrações, nomeadamente de jovens activos. A perda desses jovens acentua os fenómenos de envelhecimento e de redução da natalidade nas "Shrinking Regions", criando um verdadeiro ciclo vicioso.

No anexo V é apresentado um mapa que representa lugares no limiar de desertificação humana (10 ou menos habitantes). Estão situados em concelhos mais ou menos isolados em que a relação de distanciamento á dinâmica cultural,

económica e social da sede do distrito consolida as assimetrias e os desinvestimentos. Apresenta-se assim como um quadro de periferia associado a carências de acessibilidades e infra-estruturas (não relativamente à questão das grandes auto-estradas que, a quando da não intervenção micro-espacial, deixa de ser eficaz, mas sobretudo nos acessos municipais às próprias aldeias, bem como toda a infra-estrutura, necessária no quotidiano de um aldeia (luz, água e saneamentos) caracterizadas por áreas de repulsão, com abandono gradual.

Com uma breve referência ao caso de estudo – Trás-os-Montes - o despovoamento rural afecta-o em muito. Só nos últimos 50 anos, a região de Trás-os-Montes e Alto Douro perdeu cerca de 240 mil pessoas (Ramos, 2007): 4800 pessoas/ano; 13 pessoas/dia.

III. II Desertificação vs desertificação humana

A desertificação²⁷ é um fenómeno com muitas vertentes, em que factores biofísicos e sócio-económicos interagem. Investigadores afirmam que mais do que um conceito único, existe um conjunto de situações que se incluem neste complexo processo.

A sistemática ambiguidade²⁸ entre as noções de desertificação biofísica e desertificação humana ou despovoamento leva a ilações erradas. Os dois fenómenos ocorrem em duas escalas temporais diferentes. Os processos biofísicos manifestam-se numa escala de maior grandeza temporal (séculos ou milénios). Já os processos sócio-económicos, manifestam-se numa escala de percepção mais imediata (anos ou décadas), mesmo que relacionados directamente com os recursos biofísicos. Como consequência, as pessoas são

27. Atribui-se a criação do termo "desertificação" a Aubreville (Aubreville, A. 1949. *Climats, forêts et desertification de l'Afrique tropicale*. Paris: Geogr. Marit. & Col)

28. "Tem sido prática comum da comunicação social, em Portugal, noticiar a informação referente a despovoamento utilizando o termo desertificação. Entende-se que este facto resulta do maior impacto, que causa o uso deste termo ou simplesmente, por ignorância relativamente ao seu significado, porém, a sua utilização com esse sentido, não é correcta." (NEVES, Bruno; ROXO, Maria José; SANTOS, Nuno. "Percepção do termo "desertificação" . 2007

mais sensíveis aos aspectos sócio-económicos, uma vez que as afectam a curto prazo, enquanto que os biofísicos são encarados como imutáveis e pré-definidos.

As populações que carecem de investimentos económicos para fixarem os seus habitantes, são sensíveis às medidas que contribuam para melhorar a sua realidade, superando os efeitos adversos dos processos de desinvestimento na sua região e o conseqüente processo de despovoamento que lhe está associado.

A desertificação, ou melhor, a degradação biofísica das regiões áridas, semi-áridas ou sub-húmidas e secas corresponde a um estado extremo de degradação do potencial de produção dos solos ou escassez hídrica, resultante de acções continuadas do homem.

A desertificação humana está directamente relacionada com o abandono físico de uma dada região por parte das populações, por se terem perdido as condições mínimas de atractividade e por ter diminuído a actividade económica geradora de emprego e prosperidade.

Acrescenta-se ainda, que os dois processos estão claramente relacionados, dado que o primeiro implica quase sempre o segundo que, por sua vez, pode contribuir para um agravamento do primeiro, gerando um ciclo de degradação e desinvestimento.

Para uma melhor compreensão deste fenómeno é pertinente observar os mapas, no anexo VI da distribuição da população em 1940 e em 2001, onde se observa uma maior concentração nos pólos urbanos e uma rarefacção nas zonas envolventes; também no anexo VI, numa aproximação da escala temporal entre 1981 e 2001 poder-se-á observar que nos últimos 20 anos as zonas litorais sofreram uma evolução positiva e as zonas mais interiores um decréscimo da população. É sabido que na década de 1990, os níveis de concentração populacional traduziam-se na “desertificação” humana de muitos espaços e núcleos populacionais não urbanos (com menos de 2 000 habitantes)”.²⁹

29. Carminda Cavaco e António Ramos, *op.cit.*

IV. ANÁLISE DE INSTRUMENTOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

“A fim de garantir o desenvolvimento sustentável das zonas rurais, é necessário concentrar a atenção num número limitado de objectivos fundamentais a nível Comunitário [...] a gestão do espaço rural e o ambiente, a qualidade de vida e a diversificação das actividades nessas zonas, tendo em conta a diversidade das situações, que vão desde zonas rurais remotas confrontadas com problemas de despovoamento e declínio até zonas rurais periurbanas sujeitas a uma pressão crescente dos centros urbanos.”

In, Jornal Oficial da União Europeia. L 277/2. 21.10.2005

IV. I As políticas de acção da União Europeia

As definições que se consideraram pertinentes para descrever as políticas interventivas da União Europeia foram retiradas do PEN 2007.

A política regional da UE

Garantir a coesão social é uma prioridade do objectivo estratégico referente ao reforço da coesão territorial e social, através da capacidade de governo local e da revitalização económica e social das zonas rurais, mediante a melhoria da sua qualidade de vida.

A criação de infra-estruturas que potencializem a utilização dos territórios, a manutenção do património rural, a disponibilização de serviços de apoio em meio rural e os desenvolvimentos de competências locais, contribuem para a qualificação dos territórios rurais e, por sua vez, para a coesão territorial.

A política de desenvolvimento sustentável da UE

Toda a Estratégia Nacional foi orientada para a promoção do desenvolvimento sustentável³⁰ nos espaços rurais.

Esta prioridade foi assumida como transversal à definição dos objectivos estratégicos para o desenvolvimento rural, ao perspectivar-se a visão de um desenvolvimento em meio rural economicamente competitivo, ambientalmente equilibrado e socialmente estável e atractivo, expressando-se nas prioridades e intervenções a implementar.

Existem diversas áreas de complementaridade entre as intervenções do FEADER e as intervenções dos Fundos estruturais, obrigando a uma articulação adequada entre elas, a nível estratégico e operacional.

Os mecanismos de coordenação estratégica que, a vários níveis, garantirão a coerência e a não duplicação de financiamento entre os diversos fundos estão definidos nas Resoluções de Conselho de Ministros n.º 25/2006, relativa à coordenação e monitorização estratégica do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e n.º 425/2006, que aprova as orientações fundamentais do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural para a programação do Desenvolvimento Rural.

Sempre que um Programa de Desenvolvimento Rural visar operações também elegíveis ao abrigo de outro instrumento de apoio comunitário, serão fixados no programa os critérios de delimitação entre as operações apoiadas pelo FEADER e as operações apoiadas por outros instrumentos de apoio comunitário.

Na complementaridade da intervenção do FEADER com as intervenções do FEDER, FEP e FSE, assume-se o princípio geral de delimitação das responsabilidades de financiamento.

30. Entende-se por desenvolvimento sustentável o desenvolvimento que satisfaz as exigências do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. WCED (1987)

No que se refere aos Fundos Estruturais, constituem a sua responsabilidade, no quadro das elegibilidades específicas do FEDER e do FSE, os financiamentos relativos à dotação em bens e serviços públicos, constituindo responsabilidades do FEADER o financiamento de intervenções dirigidas à dotação em bens e serviços não públicos.

QREN

O Quadro de Referência Estratégico Nacional assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

IV. II Principais planos de apoio

PEN

[Planeamento Estratégico Nacional]

QREN

[Quadro de Referência Estratégico Nacional]

FEADER

[Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural]

LEADER

[Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural]

O Plano Estratégico Nacional (PEN) para o Desenvolvimento Rural estabelece as prioridades da acção do FEADER e de cada Estado Membro, para o período de 2007-2013, na conjugação das orientações e dos objectivos das estratégias comunitárias com as orientações de uma política nacional. É o instrumento para a preparação da programação do FEADER e que se concretiza através dos subsequentes Programas de Desenvolvimento Rural (PDR).

O PEN, entre outros projectos estratégicos que visam o desenvolvimento rural, tem concebida a estratégia para a Revitalização Económica e social das zonas rurais com o objectivo de aumentar a atractividade destas zonas garantindo as condições necessárias para viver, trabalhar e visitar. A abordagem LEADER é determinante para a dinamização dos agentes locais.

PDR | PNDR

“O Regulamento do Conselho relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – FEADER (versão portuguesa 16/09/2005) - define o contexto estratégico da política de desenvolvimento rural, incluindo o método de definição das “orientações estratégicas comunitárias” para a política de desenvolvimento rural, e o plano estratégico nacional, internamente designado por Plano Nacional de Desenvolvimento Rural - PNDR.”

IV. III Outros programas de apoio ao desenvolvimento rural

PRODER

O PRODER é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, para o período 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia, Decisão C(2007)6159, em 4 de Dezembro.

Decorrente do Plano Estratégico Nacional – PEN, que define as orientações fundamentais para a utilização nacional do FEADER, a estratégia nacional para o desenvolvimento rural escolhida em função das orientações estratégicas comunitárias, visa a concretização de objectivos estratégicos, aos quais acrescem ainda objectivos de carácter transversal, como sejam, o reforço da coesão territorial e social, e a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

Rede rural nacional

A Rede rural nacional tem como objectivo reforçar o intercâmbio entre todos os actores dos territórios rurais, favorecendo o conhecimento das boas práticas e do *Know-how* em coerência com as orientações comunitárias e com o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PENDR). A criação da Rede está formalmente prevista no artigo 68º do Regulamento (CE) 1698/05.

Referem-se ainda, os programas que vigoram nas regiões autónomas: o Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL), enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política da União Europeia de desenvolvimento rural, sendo participado pelo Fundo Europeu Agrícola de desenvolvimento Rural (FEADER); e o Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (PRODERAM), elaborado no âmbito do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PEN) e nos termos previstos no Regulamento (CE) n.º 1698/2005.

V. FACTORES DETERMINANTES | a questão da revitalização

V.1 As políticas agrárias

O desenvolvimento do espaço rural está intrinsecamente ligado a um conjunto de estratégias e de objectivos criados para os diversos sectores da Economia, suportados por um orçamento, geralmente distribuído por programas de financiamento e que se intitulam políticas de desenvolvimento.

As políticas mais importantes no contexto europeu, no qual estamos inseridos, são as políticas agrárias da Política agrícola Comum (PAC), as políticas estruturais de desenvolvimento regional e as políticas de coesão económica e social dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA).

Mas vamos somente focar a atenção para o papel revitalizante das políticas agrárias para o desenvolvimento rural, uma vez, que o rural sempre se associou à agricultura, relação já abordada no primeiro capítulo desta dissertação.

Sendo assim, destaca-se o programa AGRO (programa operacional de agricultura e desenvolvimento rural):

“Inserindo-se numa estratégia de desenvolvimento agrícola e rural, visa incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social, o programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, denominado programa AGRO, integra dois eixos prioritários estratégicos: o primeiro projecta “Melhorar a Competitividade Agro-Florestal e a Sustentabilidade Rural”; o segundo propõe-se “Reforçar o Potencial Humano e os Serviços à Agricultura e Zonas Rurais”.”

Muitos autores escrevem que há a necessidade de diversificar as actividades em meios rurais, apesar de a agricultura ser uma actividade a preservar não só por questões económicas mas também sociais. Questões económicas, porque a agricultura é imprescindível para a manutenção de um território natural e que sempre foi trabalhado pelo homem para a sua subsistência. Relativamente às questões sociais, em meios pouco desenvolvidos, os sectores secundário e terciário não absorvem toda a mão-de-obra. A diversificação de actividades em meios rurais, é possível na medida em que tudo está praticamente por explorar, é vantajosa para a criação de postos de trabalho e para a melhoria das condições de vida dos que lá residem, permitindo assim a fixação das populações libertadas pela agricultura em face do processo de crescimento económico e desenvolvimento rural local.

É pretensão de muitos e sonhos de outros que a agricultura persista no meio rural; que o pequeno agricultor com apoios e incentivos, consiga produzir para si e ainda para exportar; e o mais relevante, conseguir permanecer no espaço rural.

Estes conjuntos de políticas saídas da Reforma da PAC, com particular relevância para as medidas de acompanhamento, aliadas às políticas estruturais dos QCA, são o reflexo, pelo menos em teoria, da vontade de se promover, de uma forma integrada, o Desenvolvimento Rural como um todo.

V.II O turismo rural

“O espaço é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das actividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de actividades e de fluxos económicos”.

Baptista F. O. (2001)

O turismo no país

Em Portugal os territórios turísticos qualificados por excelência são as praias. A qualidade que apresenta a orla marítima meridional, no que se refere às condições naturais (físicas e climáticas) é superior à oferecida por outros países europeus, nomeadamente mediterrânicos, em que o turismo, como sector económico, é bastante mais agressivo que no nosso país.

Os elementos que, segundo o PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo) diferenciam os recursos turísticos de Portugal de outros países são: o clima e luz (temperaturas amenas todo o ano, e pouca precipitação fora da época do Inverno; elevado número de dias de sol e horas de luz), cultura e tradição (forte preservação das tradições (festas populares, trajes regionais, procissões, música tradicional, romarias, tradições académicas, fado); ligação ao Atlântico/Descobrimientos), hospitalidade (relações profundas (carácter português brando, afável, quente, comunicativo, (receptividade aos estrangeiros); gastronomia e vinhos; qualidade dos estabelecimentos turísticos e qualidade de serviço) e a diversidade concentrada de ambientes e serviços (atlântico, praia, planície, floresta, ruralidade, cidade, golfe, casinos); multiplicidade de influência de

culturas desde povos da antiguidade; multiplicidade de sub-culturas regionais (Minho, Douro, Lisboa, Algarve...).

O PENT que vigora desde 2007 e até 2015, define em linhas estratégicas a sua acção política de turismo. Criação de condições para que o turismo contribua para uma imagem do país e para o bem-estar da população portuguesa gerando riqueza, postos de trabalho e ainda, para a promoção da coesão territorial. Como linhas directrizes deste desenvolvimento estratégico apresentam-se os Produtos Estratégicos, as Regiões com ofertas distintas, evidenciando a vocação natural de cada região e os Pólos de desenvolvimento

“Produtos Estratégicos” desenvolvem ofertas distintas em cada região. Os produtos em questão são: Sol e Mar (com aposta na região do Algarve e no litoral Alentejano); Touring Cultural e Paisagístico (regiões mais rurais Alentejo, Centro, Porto e Norte); City Break (centros cosmopolitas | Lisboa e Porto | as intervenções deverão focar-se na preservação e manutenção do património, nas actividades culturais, nos transportes públicos, na segurança, na limpeza e nos espaços públicos); Turismo de negócios (criação de congressos centralizados nas grandes cidades mas trazendo-os para o Algarve e outros pontos que comportem as condições necessárias); Turismo de Natureza (grande aposta nas ilhas dos Açores e Madeira, e incidência no Centro e Norte do país); Golfe (aposta repartida por todas as regiões exceptuando o Porto e Norte, construção de campos de elevada qualidade; por exemplo, campo de golfe em Óbidos do Arquitecto Donald Steel e campo de golfe da Quinta da Marinha do Arquitecto Robert Trent Jones, em Cascais); Turismo Náutico (construção de novos portos de abrigo e condições de atracagem ao longo da costa, com prioridade para marinas e portos de recreio); Resorts Integrados e Turismo Residencial (promover resorts integrados com ofertas associadas pex: Golfe, Spa; maior aposta no Centro e Alentejo, menor no Algarve e ilha da Madeira); Saúde e Bem-Estar (termas, a sua aposta é garantida na qualidade das águas, é um produto que, devidamente projectado e estruturado, pode ambicionar a criação de ofertas com elevados níveis de diferenciação. É necessário para isso alterar o modelo de negócio baseado em tratamentos para uma maior associação ao bem-estar, em

particular no Porto e Norte e no Centro, contudo há uma aposta generalizada a nível do país); gastronomia e vinhos (a riqueza gastronómica e a qualidade dos vinhos nacionais, sobretudo no Douro e no Alentejo, são os ingredientes certos para a estruturação de produtos dirigidos a grupos de elevada qualificação socio-económica. Salienta-se que os museus/caves de vinho estão, ainda, pouco adaptados à actividade turística. As regiões prioritárias para investimentos no produto Gastronomia e Vinhos são o Porto e Norte, o Alentejo e o Centro).

Os pólos de desenvolvimento classificam-se pelos seus conteúdos específicos, Douro, Serra da Estrela, Oeste, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto Santo. O Douro, devido à sua área classificada Património Mundial, apela à capitalização do potencial turístico do Alto Douro Vinhateiro. A serra da Estrela, aposta no destino de neve para a área do Parque Natural da Serra da Estrela. O Oeste passa por um forte investimento turístico privado. O Alqueva devido ao espelho de água de maior dimensão europeia, aposta na criação de pólos atractivos ligados a actividades náuticas e de lazer. O Alentejo surge pela sua diversidade entre a costa marítima e os seus parque e reservas naturais. Porto Santo marcado pelo isolamento e pela insularidade.

Através da descrição das três grandes zonas do PENT (Porto e Norte, Lisboa e centro e Algarve e Alentejo, no quadro “contribuição dos produtos de cada região”, Anexo VII) foi elaborado um mapa (fig.6) que visualmente identifica essas zonas com os produtos mais assinaláveis e vendáveis de cada região. Este mapa vai tentar confrontar de alguma maneira o atlas de Amorim Girão (fig.6) que Maria Helena Abreu pintou, no início dos anos 40. No qual, as imagens que ilustram o Portugal de Salazar, que embora no meio de uma Europa em guerra, “o Portugal da miséria era retratado com um Éden, um jardim “à beira-mar plantado”, um país de tradições, “de brandos costumes”, marcado pela presença forte de uma realidade que permanecia na escassez dos seus recursos, e na memória de uma história de heróis e de feitos gloriosos. Portugal era o país do povo que trabalhava cantando, alegre ou triste, pobre mas respeitador, cioso das suas tradições, de

uma inabalável fé cristã³¹ e de todo um leque de imagens que identificavam regiões e gentes.



Fig. 6 "A paisagem modeladora de Homem; o Homem remodelador da paisagem" Amorim Girão, 1941, Atlas de Portugal, Imagens Regionais |
Fig. 7 mapa produzido através do quadro do Anexo VII.

O novo mapa é o resultado da oferta de um tipo de turismo numa paisagem diversificada com uma forte identidade patrimonial tanto arquitectónica como paisagista. O turismo actual tenta evidenciar no interior rural, para além do património construído, paisagístico e cultural existente, o dinamismo da produção tradicional – agrícola, gastronómico e cultural.

31. Álvaro Domingues, *Dois linhas*. "Paisagem e identidade: à beira de um ataque de nervos". 2009. págs.24-57

Turismo no interior

As intenções dos desígnios nacionais, em Portugal, levam a desenvolver as áreas do litoral, quer industrialmente, quer na criação de infra-estruturas. O contrário sucede com o turismo no interior, carenciado de toda a espécie de estruturas, tem sobrevivido à custa do património natural ou por uma ou outra tradição cultural.

O turismo em espaço rural tem a sua grande valia no contacto com o campo; simplesmente como observador da natureza ou ao colaborar com os agricultores nas suas actividades. Esta última interacção com os trabalhos e lides do campo tem-se vindo a afirmar nos últimos anos.

O turismo que se faz no interior do país traduz ao longo da história uma série de tendências que os tempos vão transformando em ciclos viciosos. A economia também contribui para isso e se houve épocas em que as praias eram o local de excelência para passar férias, noutras eram os campos, as origens, as segundas residências. Foram tendências que deram estatuto a uns e decadência a outros.

Actualmente as preocupações ambientais, as crescentes necessidades de descanso em locais calmos e não superlotados, o gosto do retorno às origens, e mesmo as dificuldades crescentes, em termos de qualidade do meio litoral em geral apontam para um novo ciclo turístico centrado no espaço rural.

Turismo em Espaço Rural

“O Turismo no Espaço Rural (TER) consiste no conjunto de actividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais³², segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural.”

Direcção geral do Turismo

(art. 1.º e 2.º, Decreto-Lei n.º 54/2002, 11 de Março)

O Turismo em Espaço Rural (TER) é uma das formas de turismo mais recentemente implementadas em Portugal, aproveitando a disponibilidade de residências rurais subaproveitadas ou desafectas das funções anteriores. Esta forma de turismo caracterizada fundamentalmente pelo acolhimento familiar, permite um contacto com a ideia do tempo perdido, da nostalgia de uma vivência de humildade e hospitalidade; um contacto mais directo com o “ambiente natural”, com as populações, seus usos e costumes.

Sem querer aprofundar muito a questão do tempo, é importante salientar um movimento, revolucionário do modo de vida que se adoptou no mundo, nomeadamente no mundo desenvolvido e que influenciou a visão perante estas regiões que parecem paradas no tempo e apelou a este tipo de turismo: o Slow Movement ou o “Movimento Slow”³³; não só, é um movimento como também o título do livro de Carl Honoré, 2006; dele retiramos que segundo vários autores, o tempo actual caracterizado como o tempo da velocidade, é o tempo em que se acelera para viver o mais possível no dia-a-dia. Esta aceleração do ritmo diário leva a um sentimento, mais tardio, de não ter experienciado com absoluto prazer os sabores da vida. O Movimento surge num contexto social em que o “tempo é dinheiro” e que se fundamenta no apelo à qualidade e não à quantidade e ao

32. Por zonas rurais entendem-se todas “as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural” (art. 3.º, Decreto-Lei n.º 55/2002, de 2 de Abril).

33. A Slow food – *eco gastronomic* foi fundada em 1989, impulsionou o *Movimento Slow* e inspirou muitos outros, por exemplo: o *slow city*, só a título de curiosidade “16 cidades italianas” aderiram a este movimento e “procuram tornar-se oásis de calma.” Honoré, Carl. “O Movimento Slow”. Estrela Polar. 1ª Edição, Junho 2006

tempo não cronometrado. É neste sentido que o turismo rural satisfaz as exigências deste movimento, a qualidade dos espaços, do tempo que também é vendável mas simultaneamente inestimável, experiências singulares e únicas proporcionadas com as devidas actividades no ambiente em que se insere.

Em Portugal, o Turismo em Espaço Rural como actividade económica apenas surgiu nos anos 70, sob a designação de Turismo de Habitação. Em termos oficiais, tratava-se essencialmente de promover a dispersão territorial da actividade turística, exigências de qualidade e especificidade, designadamente no tipo de alojamento e alimentação, nas relações humanas e no tratamento personalizado, em oposição ao tratamento de massa e ao anonimato dos grandes hotéis das estâncias balneares.

O Turismo em Espaço Rural engloba unidades de Turismo de Habitação, de Turismo Rural, de Agro-turismo e casas de campo.

O Turismo de Habitação, consiste num programa de desenvolvimento e criação de infra-estruturas hoteleiras aproveitando as casas particulares que servem simultaneamente de residência dos proprietários e de alojamento turístico com carácter familiar contribuindo para o aumento do número de camas e consequentemente o aumento do rendimento familiar.

O Turismo Rural é caracterizado pelo aproveitamento de casas rústicas com características próprias do meio rural em que se inserem, situando-se em aglomerados populacionais ou nas proximidades. Relativamente à oferta, tal como para o turismo de habitação, o turismo rural predomina na região Norte.

O Agro-turismo consiste em casas particulares com o mesmo uso das anteriores, mas integradas em aglomerados populacionais rurais ou mesmo em explorações agrícolas, caracterizando-se pela participação dos turistas em trabalhos da própria exploração ou em formas de animação complementar, tendo especial relevância no Norte e no Alentejo.

No que respeita às Casas de Campo, estas predominam na Região Centro, embora seja no Alentejo que atinjam maiores dimensões, uma vez que cada casa (Monte) tem um maior número de quartos.

Outras formas de turismo integradas na paisagem rural e complementando as anteriores, são o Turismo Cinegético (caça) e o Turismo de Natureza (passeios pedestres, observação da flora e fauna).

O turismo pode beneficiar a população que o acolhe, permitindo que esta tenha consciência de uma cultura própria, estimule as zonas mais desfavorecidas, estimule uma mudança social, potencie os seus recursos naturais e socioculturais, tais como, a recuperação, preservação do património arquitectónico, do património natural e ainda do património cultural.

O meio rural pode desenvolver, no turismo, estratégias alternativas que se sobreponham à oferta do turismo de massas do litoral. A dinâmica da “alterotropia”, isto é, o desejo de visitar “o diferente”, sair da rotina quotidiana mesmo que seja geograficamente perto, procurar o sossego, a aventura e a descoberta (Cavaco, 2004). Este tipo de dinâmica oferece uma forma de turismo que procura a excitação controlada, o entusiasmo pelas emoções intensas em pessoas e sociedades rotineiras. (Elias e Dunning, 1990)

O antropólogo Agustín Santana (1999) define o turismo rural como uma forma de “turismo alternativo” e é destacada a forma e a prática social do espaço onde é praticado (Smith e Eadington, 1994)

Os turistas urbanos procuram neste tipo de turismo³⁴, a autenticidade de uma vida que eles dão como perdida das zonas urbanas. É para além de uma forma de conhecer, uma forma de experimentar. Este tipo de turismo permite que se vivencie outros modos de vida adaptando-os à sua maneira de viver. São mudanças de estilos de vida que podem ser o resultado de, apenas, uma viagem.

O espaço rural deixou de ser única e exclusivamente um espaço de produção agrária para se converter em espaço de consumo.

34. No anexo VIII pode ter-se uma noção da oferta e da procura do turismo em espaço rural

O agro e o agrário passou a ser “rural” e “campo”, e o turismo rural pode ser pensado como um produto e uma nova forma de consumo. O turismo rural é um motor e uma consequência dessa mudança cultural (Santana, 2000):

“El turismo es sólo una de las influencias externas que impulsan al entorno rural y sus moradores al cambio continuo, a la reformulación de sí mismos y su medio. Es importante recordar, mantener ciertos vínculos con el pasado no vivido, pero ello no ha de impedir habitar el presente de la mejor forma posible”.

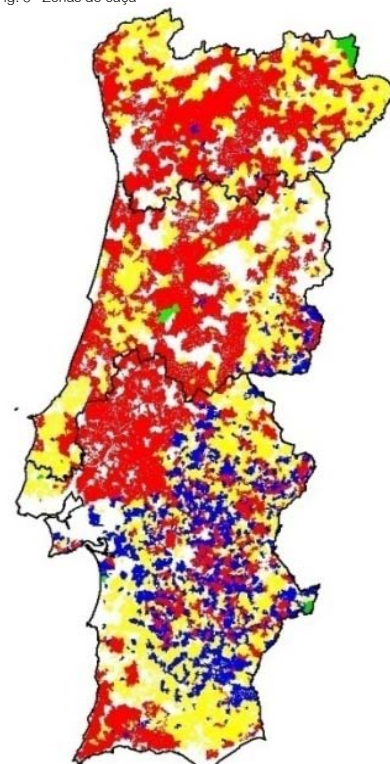
Turismo Cinegético

O Turismo Cinegético corresponde à actividade desenvolvida por caçadores ou pescadores desportivos, que visitam destinos, localidades ou áreas onde é permitida a prática de caça de fauna silvestre de carácter cinegético ou no seu meio natural. Como pode ser observado na fig.8 - mapa das zonas de caça³⁵ - constata-se que as zonas com maior concentração de caça turística ou do turismo cinegético se encontra na Região do Alto e Baixo Alentejo, Beira Baixa interior e alguns pontos no interior transmontano. São zonas que coincidem com as zonas rurais do interior do país e onde, em algumas delas, se encontram unidades de turismo rurais auxiliam este tipo de turismo.

Fig. 8 Zonas de caça

Tipos de zona de caça
■ associativa
■ municipais
■ turísticas
■ outras

Fonte: Ministério da Agricultura, do desenvolvimento Rural e das Pescas



35. Cartografia das Zonas de Caça actualizada a Dezembro de 2006, in, Ministério da agricultura do desenvolvimento rural e das pescas

O turismo sustentável

A sustentabilidade, esta vertente do turismo, postula a simultaneidade de uma economia rentável, uma equidade social e a preservação dos ecossistemas.

O turismo sustentável que se pretende como uma acção inovadora e revitalizante para o meio rural, é de um modelo de desenvolvimento que exige ser, em simultâneo, um instrumento de ordenamento do território e um instrumento de fixação de pessoas. Neste âmbito, caso não se consiga obter com o turismo rural as premissas atrás descritas, o investimento dispensado na atracção turística terá sido infrutífero.

A preservação da tradição levou na última década ao florescimento de aldeias cenário, fantasmas, propriedade de cidadãos que nos poucos fins-de-semana que ali passam, tentam aliviar o peso da urbanidade, num mundo rural sem rurais. O pensamento de Marc Augé defende os “lugares de memória” em oposição aos “não-lugares” resultado da sobremodernidade³⁶; um espaço que não tem uma identidade nem uma relação histórica define-se como um “não-lugar” que Augé afirma que um “não-lugar não cria nem identidade singular, nem relação, apenas solidão e similitude”³⁶; procura-se que estes lugares não se transformem em “não-lugares”; há memórias, há histórias e há um património a valorizar. Neste mundo do património construído a âncora dos conceitos identitários expressos nas experiências e ideologias destes lugares são reconhecidos na Carta de Cracóvia que valoriza a diversidade cultural e regional até à dimensão do património, envolvendo as comunidades na responsabilidade de o identificar e gerir.

Talvez mesmo, para contrariar as tendências da sobremodernidade que Augé refere, a aceitação do património histórico passe mesmo pela apresentação mais superficial, o absoluto pano cénico em que se assumem claramente valências e actividades performativas, nas quais o turismo sustentável pode ver a sua rentabilidade económica, a equidade social (momentos lúdicos e de enriquecimento cultural) e a preservação e manutenção do seu meio patrimonial.

36. Sobremodernidade é a superabundância de acontecimentos, a superabundância espacial e a individualização das referências, in Marc Augé “Não-lugares - Introdução a uma antropologia da sobremodernidade, Bertrand, Venda Nova, 1994

Salienta-se que se a posta não for a longo prazo e se não apelar a uma nova visita por parte do consumidor, o turismo não é sustentável; a visitação esporádica não resolve os graves problemas sócio económicos das regiões com défice de população.

O turismo como factor revitalizante

Segundo Moreno (1999), o turismo é a aposta mais privilegiada pelas políticas e estratégias de apoios ao desenvolvimento rural. A actividade turística foi a que mais beneficiou dos apoios financeiros de programas comunitários, sobretudo nos territórios com maior dificuldade para atrair investimentos.

Muitos estudos defendem porém que, por si só, o turismo não se torna face relevante de desenvolvimento (Ribeiro, M e L. Mergulhão, 2004). E o principal ponto evidente, é o facto de ser visto como um investimento e gerador de riqueza económica e nunca, ou em pouquíssimos casos, ser visto como impulsionador de vida, de trabalho e de permanência para que estes espaços, que vivem na sua condição de tranquila ruralidade, persistam e que possam ser espaços com vida e como não espaços museológicos. ´

A intervenção arquitectónica deve agarrar estes espaços pela sua singularidade; O legado arquitectónico de uns tem uma história completamente diferente de outros. As intervenções nestes lugares só podem ser encaradas como factor revitalizante quando deixar de o fazer para turistas mas sim para quem ali vive ou para os que pretendem ali viver.

VI. CASOS REVITALIZADOS

Neste capítulo é evidente a tentativa de demonstrar situações semelhantes às apresentadas mais à frente, as aldeias em Trás-os-Montes e que são meramente significativas perante o panorama da região e, apreender deles dois significados de velhice: o acrescentar a riqueza patrimonial e a decadência do mesmo.

A realidade deste património que vem sendo acrescentado petrificou e nunca se actualizou. Procura-se chegar à questão de como actualizar estes territórios tanto a nível físico e material como imaterial. Os exemplos que se seguem demonstram o que se tem feito em casos extremos de abandono e decadência patrimonial.

Idanha-a-Velha | Idanha-a-Nova



VI.1 Idanha-a-Velha

A intervenção que Idanha-a-Velha sofreu, deu-se numa vasta base Arqueológica. Foi um programa gerido em parceria com o IPPAR e a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Os novos achados arqueológicos regiam o programa do próprio projecto. Sempre que a arqueologia apresentava novos elementos o projecto ajustava-se, a mais-valia das descobertas arqueológicas era de conseguir uma intervenção, a executar, mais de acordo com a identidade do lugar.

Havia a pretensão por parte da própria autarquia de este programa ser mais no sentido do desenvolvimento e, por parte do IPPAR, na preservação do património. O projecto seguiu em ambos os sentidos.

Foram propostas novas extensões extra muros, para que pudessem suportar novos residentes para a aldeia, um bairro de habitação. Algumas casas da aldeia foram sujeitas a intervenções de fachadas e de coberturas para que pudessem novamente ser habitadas.

O projecto era ambicioso. Idanha-a-Velha classificada como “Aldeia Histórica de Portugal”, regozijava de um programa de requalificação que procurava dar novamente alguma vitalidade que outrora tivera.

Idanha-a-Velha (a antiga Egitânia romana) fora um importante centro de passagem e permanência de vários povos, sendo considerada a capital da cívicas Igaeditanorum da época romana – situada no importante eixo viário entre Mérida (Emérita Augusta) e Braga (Bracara Augusta). A proximidade da fronteira e os constantes ataques (e destruição) levaram ao seu abandono progressivo; a necessidade de travar este processo iniciava-se com a reestruturação da malha urbana, intervenções pontuais e a construção de novos equipamentos que possibilitassem condições de habitabilidade para os poucos habitantes (cerca de 80 em 1996) que ainda persistiam viver em Idanha-a-Velha e para os que se pretendia que voltassem. O interesse de trazer e fixar pessoas que já tinham abandonado a aldeia, levou à proposta de expansão extra-muros e outros programas; a pousada e restauração eram fundamentais para a subsistência das pessoas que regressam e para aumentar a empregabilidade na Aldeia.



■ Em fase de projecto ■ intervenção concluída

Planta de Idanha-a-Velha
Idanha-a-Velha

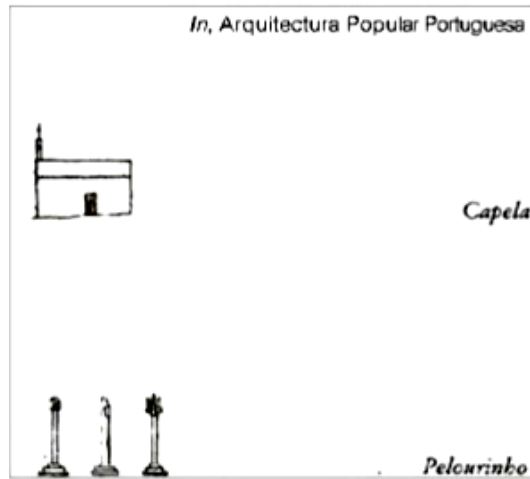
Dois resultados pós-intervenção:

A sé catedral e a zona envolvente ainda se encontram em trabalhos de exploração arqueológica.

O interior da Sé foi alvo de uma intervenção superficial, evidenciando o carácter primordial do edifício – as suas constantes intervenções / alterações pelos povos que por ali passaram – oferecendo um espaço que permita a realização de diversas actividades culturais e lúdicas, nomeadamente com exposições temáticas (religião, arqueologia, etc.). Os passadiços que marcam uma outra era, para além, de estabelecerem um percurso percorrível pelo visitante, salvaguarda os achados arqueológicos que se encontram a descoberto, intensificando assim a ideia da *aldeia museu*.

O Arquivo epigráfico encontra-se num volume novo para garantir a melhor preservação das peças em exposição. O projecto arquitectónico, da autoria do Atelier 15, desenvolve-se num edifício contemporâneo (com os materiais construtivos ferro e vidro) que se assume como tal; a exposição da colecção epigráfica (86 peças) recorre a soluções tecnológicas que permitem decifrar e interpretar as peças seleccionadas. A entrada está dotada de uma instalação multimédia, o 'tapetum magicum' (o tapete mágico): projecção interactiva que marca o início da descoberta da colecção.

O projecto promove o uso e a valorização dos recursos patrimoniais endógenos através da pesquisa científica, da preservação do património arqueológico e da aplicação das novas tecnologias para responder às solicitações de um turismo qualificado.



6.



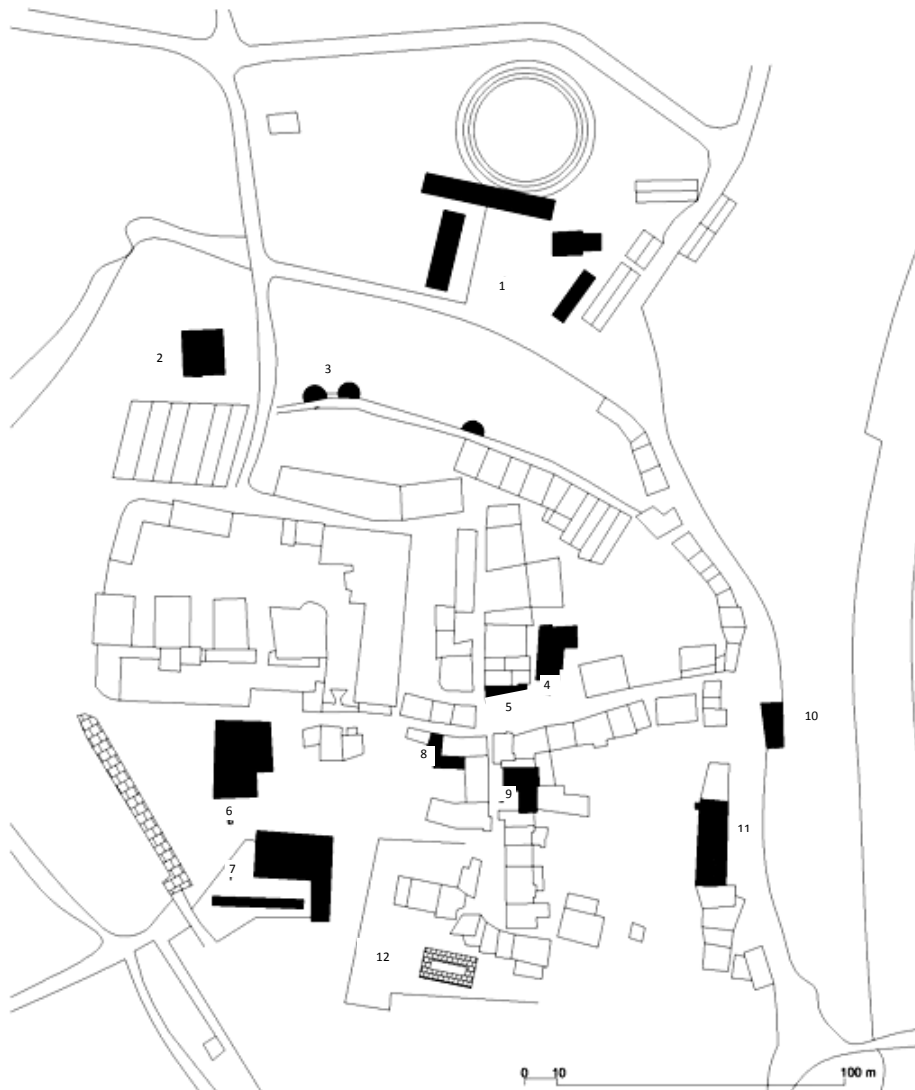
7.



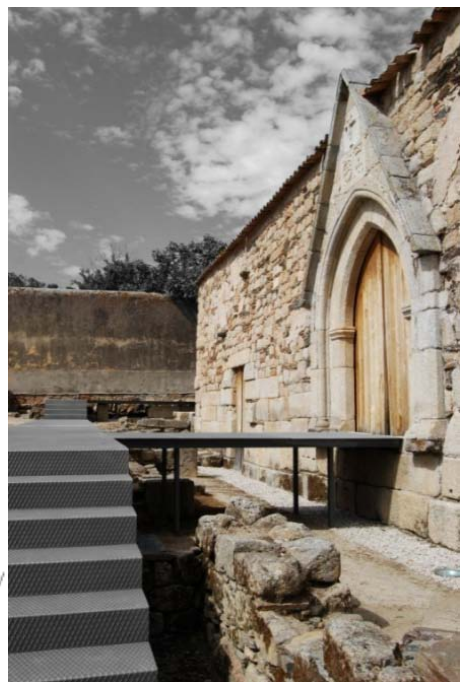
Casa térrea

8.





1.Praça do Esp. Sto 2.Escola 3.Porta Nova 4.Igreja Matriz 5.Antiga Casa da Câmara | Pelourinho 6.Sé 7.Lagar de Varas e Arquivo Epigráfico
8.Posto de Turismo 9.Forno do Pão 10.Capela de S. Dâmaso 11.Palheiros | habitação temporária de investigadores 12.Fórum | torre de menagem



Imag. 1| 6. Sé Idanha a-Velha

Imag. 2| 7. Centro epigráfico Idanha a-Velha



Planta de Idanha-a-velha | localização dos elementos comunitários

Idanha-a-Velha

Após uma visita ao atelier dos arquitectos, autores do projecto de intervenção de Idanha-a-Velha, na procura de material gráfico e de averiguação de dados no percurso do projecto, Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez abertamente me transmitiram a sua experiência vivenciada ao longo do percurso do projecto que aqui fica registada:

“No todo, foi gratificante, mas foi sobretudo descurado o aspecto social e não foram criadas estruturas que pudessem repor a população. A nível de projecto, fomos apanhados de surpresa e fomos aprendendo com o desenrolar do próprio trabalho. Chamamos sempre muita gente especializada em intervenções do património, para seminários no local, para discutirmos as intervenções, não houve referências com nenhum exemplo específico, mas todas as intervenções foram feitas com bastante segurança. Temos pena de tudo o que ficou por fazer, porque há determinados projectos que serão fundamentais que se façam para chegar a um bom resultado desta intervenção. É fundamental e urgente que se crie uma estrutura de manutenção, pois passados 15 anos já fomos solicitados para recuperar uma “recuperação” e a aldeia continua abandonada.”

Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez, Porto, Agosto de 2009

VI.II “Pueblos de Educación” | Espanha

“Aldeias educativas”

Em Espanha, 3 aldeias que podiam ser somente mais 3 das 2.800 abandonadas, segundo o dados estáticos do INE (Espanha) e que se encontram repartidos por toda a área geográfica do país.

Mas a verdade é que estas aldeias situadas nas províncias de Huesca, Cáceres e Guadalajara, são lugares de residência quase ao longo de oito meses por estudantes. Lugares que se mantêm num âmbito performativo e pedagógico.

Búbal, Granadilla e Umbralejo em 1984 passaram de “pueblos abandonados” a centros educativos, nos quais se iniciou o Programa de Recuperação e utilização Educativa de Povos Abandonados (PRUEPA), este projecto visa colocar os jovens, de uma maneira didáctica, numa realidade da vida rural.



Mapa de localização das “aldeias educativas”

O projecto intervém directamente no modo de viver em aldeia, desenvolve actividades de reabilitação e recuperação das casas, trabalhos agrícolas, reconstrução de muros e trabalhos técnicos tradicionais. Geralmente são programas de actividades de uma semana em que grupos de estudantes para além de um convívio e uma aventura, têm de cumprir várias obrigações e responsabilidades diárias. O objectivo é que apre(e)ndam a riqueza do património cultural e social do mundo rural.

Os casos de Búbal, Granadilla e Umbralejo são considerados um pouco excepcionais, na forma de como se proporcionou o seu estado de “aldeias abandonadas”. Nos dois primeiros, foram terras expropriadas devido á construção de barragens, cuja cota da água estava prevista atingir as aldeias.

O último, é o que normalmente tem vindo acontecer em todas as regiões, quer de Portugal ou Espanha, que se localizem mais distantes das grandes zonas urbanas, mas, com a agravante de que os terrenos foram expropriados para reflorestação. Tornou-se numa aldeia que perdeu qualquer valor de especulação imobiliária.

“Pueblos de Educación” | Espanha

Nos anos 50 tinha mais de mil habitantes.

Nos anos 60 as terras foram expropriadas para darem lugar a uma barragem.

Desde 1984 que faz parte do programa de Experimentação da Recuperação e Utilização Escola Educativa.



Img. 3|4|5 Diferentes abordagens visuais da aldeia de Granadilla

Granadilla [Cáceres , Espanha]

“Pueblos de Educación” | Espanha

Desde 1984 que faz parte do programa de Experimentação da Recuperação e Utilização Escola Educativa



Img. 6|7|8 Diferentes abordagens visuais da aldeia de Búdal

Búdal [Huesca , Espanha]

“Pueblos de Educación” | Espanha

Entre 1967 e 1980 foram expropriados muitos terrenos adjacentes à serra de Ayllón para reflorestação.

Desde 1984 que faz parte do programa de Experimentação da Recuperação e Utilização Escola Educativa



Img. 9|10|11 Diferentes abordagens visuais da aldeia de Umbralejo

Umbralejo [Guadalajara , Espanha]

VI.III “Colletta di Castelbianco televillage” | Itália



Fig. 9 Localização da Liguria na Europa



Img. 12

Colletta di Castelbianco | Ligúria | Itália

O projecto de Giancarlo De Carlo, tem como objectivo devolver a esta aldeia, abandonada no meio de uma colina da Ligúria, a possibilidade de ser novamente povoada.

“Colletta di Castelbianco televillage” | Itália

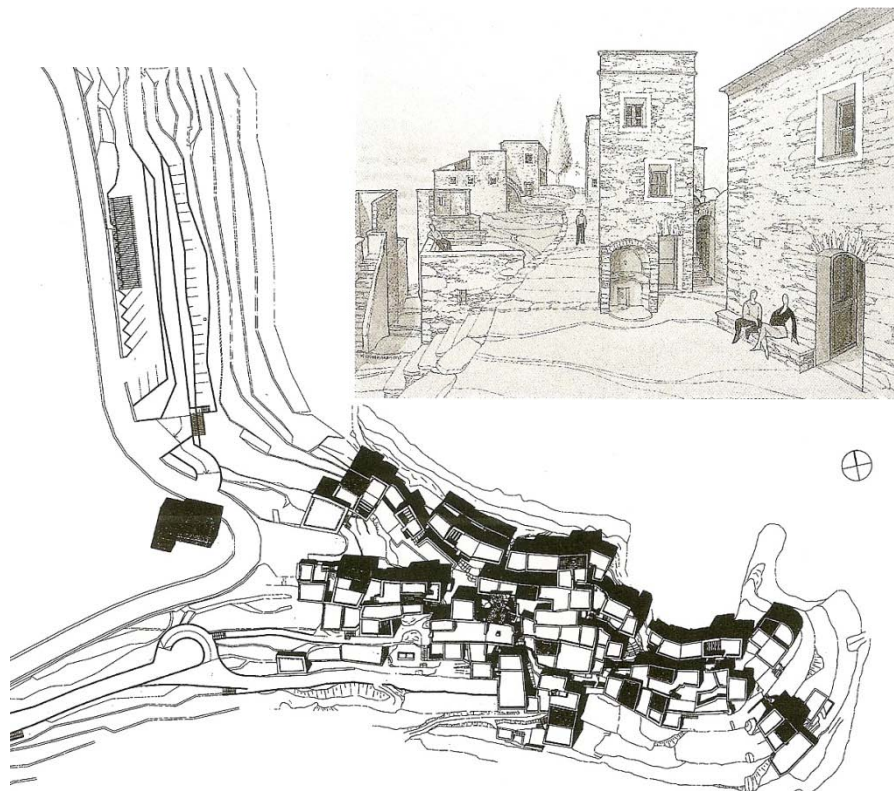


Imagem retirada de “Eco Urbanismo – Entornos Humanos Sostenibles: 60 Proyectos”, p. 180

“Colletta di Castelbianco televillage” | Itália



Img. 13/14 Vistas parciais da aldeia

Não serão os mesmo habitantes, nem realizaram as mesmas actividades nem tão pouco terão os mesmos modos de vida. A "reutilização" da aldeia em prol de uma nova vida comunitária, com novas actividades laborais e diferentes recursos económicos é a finalidade da intervenção. São mantidos os traços que caracterizam o lugar como bucólico - quase idílico - onde tantos cidadãos se refugiam, (numa quase reclusão embrionária numa primeira instância), permitindo uma fuga e evasão pessoais onde se poderão encontrar a eles próprios.

As inovações neste “novo” lugar foram as tecnologias, consideradas como novas, na época (1996).

A pretensão era injectar na estrutura antiga da aldeia todo um sistema cibernauta.

A intenção é possibilitar a vinda e permanência de pessoas e que se mantenham em contacto com o mundo.

VII. TRÊS ALDEIAS NA REGIÃO DE TRÁS-OS-MONTES

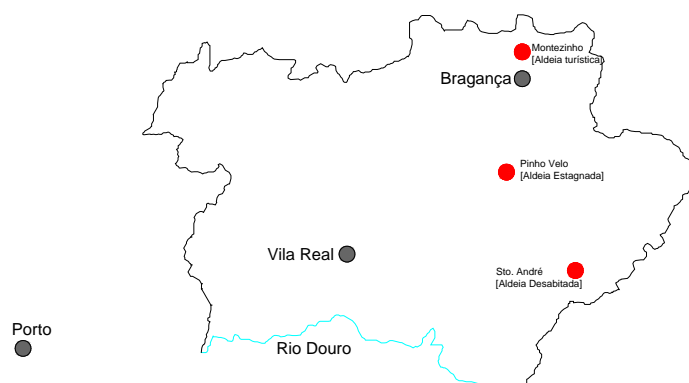


Fig. 10 Localização das 3 aldeias em estudo

Inseridas na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, as 3 aldeias que se analisam têm como características comuns: o baixíssimo nível populacional e o grande afastamento dos centros urbanos, no profundo rural; como especificidade: Sto André encontrar-se em total abandono, Pinho velo sofreu poucas transformações e Montezinho transformou-se em rota de destino turístico e integrado no Parque Natural de Montezinho (PNM).

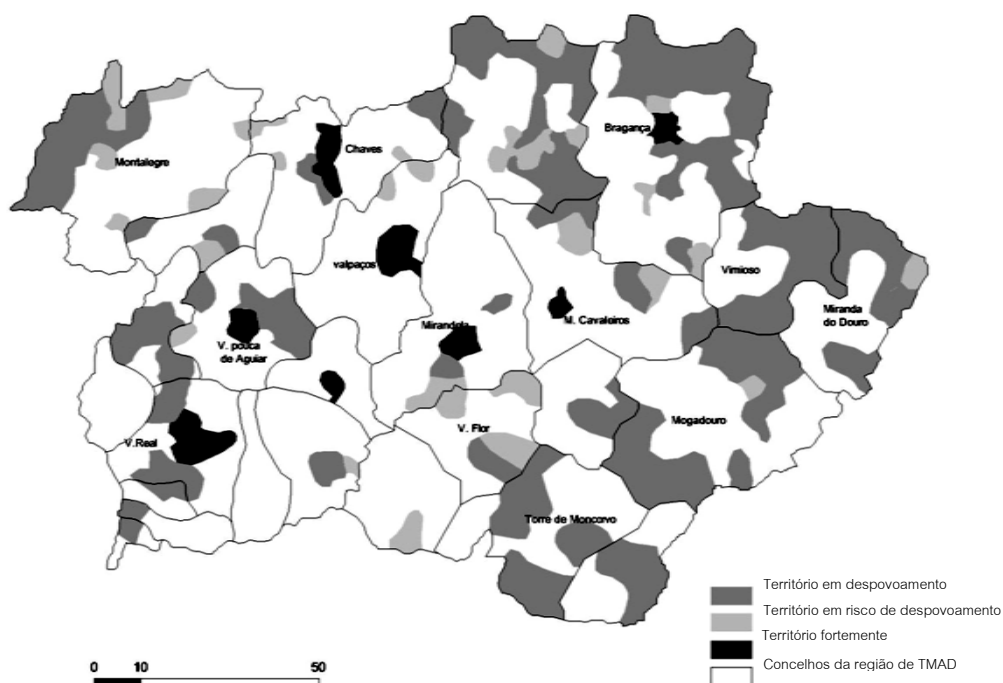
Localizado no extremo Sul da periferia Atlântica da Europa e no interior Norte dum país fortemente marcado pelas dinâmicas de concentração litoral e metropolitana (bipolaridade Lisboa | Porto), a região de Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD) ocupa uma superfície de 12.278 Km² (58% por cento da superfície da Região Norte e 13% por cento da superfície nacional).

Trás-os-Montes e Alto Douro têm vindo a sofrer uma quebra acentuada de população, sobretudo a partir da década de sessenta, quando se intensificaram os fluxos migratórios para fora da região (anexo IX). Entre 1960 e 2001 sofreu um decréscimo populacional de cerca de 34 %.

São lugares que têm sido alvos de um processo de redução (esvaziamento) demográfico, o qual atinge mais fortemente os concelhos fronteiriços, os aglomerados mais pequenos e as zonas menos densas e mais afastadas das

principais vias de comunicações, ou seja as áreas mais rurais. Esta tendência tem importantes implicações na evolução da estrutura etária da população a qual revela uma dinâmica de envelhecimento elevada.

A paisagem física e humana caracterizada por dinâmicas de despovoamento (anexo IX, panorama das dinâmicas residenciais entre 1981 e 91) cobre 101 freguesias (13,7%), correspondendo a 21,68% da sua superfície (fig.2) e 17 municípios não se encontram nas linhas desta dinâmica.



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Fig.11 O despovoamento na região de Trás-os-Montes e Alto Douro

A região de Trás-os-Montes e Alto Douro tem vindo a recuperar algum do seu atraso visível, numa clara melhoria da qualidade de vida das populações e no relativo dinamismo de alguns sectores económicos, com particular realce para o turismo. Apesar de tudo, o problema fundamental do seu (sub)desenvolvimento tem-se mantido e tudo indica que se venha a agravar no futuro próximo. Todas as

projeções demográficas nacionais revelam que a região continuará a perder população, atingindo uma parte cada vez mais significativa do território.

A produção agrícola é considerada uma das poucas, senão a principal, vocação da região mas como assinalam a maioria dos autores, esta apresenta condições desfavoráveis para a sua prática, sobretudo quando comparadas à agricultura massivamente industrializada, ou a denominada agricultura sem agricultores. Apesar de integrar já alguns meios tecnológicos na produção de determinadas culturas, a região não consegue competir com as importações europeias.

As sociedades contemporâneas, deixando de parte a questão da agricultura e da riqueza que esta ainda pode significar, estão num processo de urbanização difusa o que significa, muitas vezes, viver em cidades, mesmo que de pequenas cidades se trate.

O crescimento e concentração da população nos aglomerados de pequena e média dimensão fez-se à custa da sucção dos espaços rurais envolventes (GASPAR, 1988). A população rural que, algumas décadas atrás, emigrava para a capital ou para fora do país, procura as sedes de concelho e de distrito, que assim têm crescido à custa do esvaziamento dos territórios envolventes. A casa rural toma o lugar de segunda residência e sequencialmente, em turismo de habitação.

São apresentadas, seguidamente, os três casos de estudo, aldeias que de uma maneira muito generalizada se podem considerar representativas do tipo de aldeias que podemos encontrar actualmente nesta região. Santo André, em Mogadouro, aldeia abandonada e em ruína. Pinhovelo, em Macedo de Cavaleiros, a aldeia que acompanhou a mudança do tempo, mas que continua habitada e mantém ainda algum carácter “tradicional”. E por último, Montezinho, em Bragança, a aldeia que se tornou a aldeia turística por excelência e perdeu o seu carácter de “aldeia”, para se transformar num lugar para “inglês ver”, sem querer dar muita veracidade à expressão.

Distância | Tempo e a Mobilidade

Grande parte das aldeias, 3 das quais serão posteriormente apresentadas, acarreta com o peso da distância geográfica que as separa dos grandes centros urbanos. Mas cada vez mais as cidades médias, da região em estudo, estão mais próximas das duas conurbações metropolitanas (Lisboa e Porto); entre elas surge uma representação fragmentada com estruturas sociodemográficas relativamente heterogêneas na faixa costeira, demonstrando as zonas de maiores densidades residenciais; em contraponto as áreas menos povoadas situam-se junto à fronteira com Espanha ou em zonas de montanha (anexo XI). Há que referir que estas cidades de média dimensão são as bases estruturantes do “mundo rural pela oferta e diversidade de emprego que representam e pelo dinamismo que conseguem manter. Num território de fraca empregabilidade, são «ilhas de esperança» para os que ficam e para aqueles que poderão vir a adoptar por essas áreas residenciais”³⁷.

As dinâmicas do ordenamento do território acontecem devido a 3 grandes processos: a perda da função residencial na cidade densa e histórica, a extensão do urbano residencial num vasto território suburbano e o despovoamento ou a estagnação das áreas residenciais nos territórios em perda. Retrata-se esta dinâmica populacional num mapa de Padrões Territoriais (anexo XII) no qual podemos verificar uma grande mancha de despovoamento concentrado na faixa interior do país.

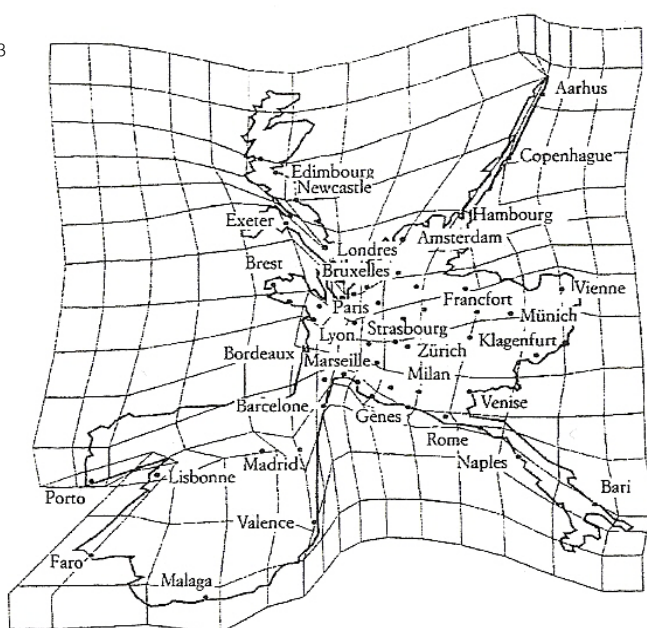
A mobilidade e a acessibilidade é um ponto-chave para a redução do distanciamento destas aldeias, (anexo XIII do qual retiramos que a região em estudo tem *Muita baixa mobilidade associada* à muita fraca acessibilidade). José Viegas (2001) afirma que há um direito à mobilidade, crucial para o acesso ao emprego e às infra-estruturas sociais; não só na mobilidade motora mas também

37. Teresa Sá Marques, *Portugal na transição do século – retratos e dinâmicas territoriais*; Referencia-nos ainda que “no Alentejo, só Évora e Beja têm expressão, na região centro é polinucleado e em Trás-os-Montes e Alto Douro só se distinguem Bragança, Mirandela e Vila Real.

e cada vez mais, na mobilidade criada pelas telecomunicações³⁸, diminuindo as deslocações físicas; relação de proximidade entre ambientes mais longínquos.

O tempo vivido a grande velocidade nos dias de hoje veio fazer com que o longe se torne cada vez mais perto. Este mapa traduz isso mesmo, ou seja: embora no espaço haja lugares que se encontram distantes no tempo, devido á velocidade e à facilidade de ligação, estes tornam-se mais próximos.

Mapa espaço | tempo1993



O mapa apresentado em anexo (anexo XIV) traduz em tempo a distância entre Bragança | Trás-os-Montes e os grandes centros urbanos que o rodeiam, quer em Portugal quer em Espanha; estes centros urbanos podem ser os mais fortes potenciadores de desenvolvimento destes centros rurais.

38. "Portugal, face à união europeia, tem uma média de utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação muito baixa, embora o crescimento nos últimos anos tenha vindo a crescer. De 1991 para 2001, o número de famílias portuguesas com computador passou de 11% para 24%; e em 2001, 13% das famílias estavam ligadas à internet. O comércio electrónico e o teletrabalho ainda têm em Portugal uma fraca representatividade." Idem.

Dado mais recentes divulgados pela OCDE num estudo intitulado *The Future of the Internet Economy: A Statistical Profile*, de Junho de 2008, revelou que 36,9% dos lares portugueses têm acesso à internet.

O mapa ao lado, da previsão para 2020 de *Redes europeias de Alta velocidade*, prevê que as novas linhas de alta velocidade que vão servir de ligação entre as principais cidades europeias e Bragança, contribua para que esta se situe num ponto estratégico e que possa gerar alguma dinâmica económica na região. Deste modo, a curto prazo, o mapa das realidades tempo|distância poder-se-á traduzir num mesmo mapa virtual Espaço|Tempo.

A aposta de novos projectos que visam dinamizar estes espaços rurais, passam por situações de mobilidade e na promoção do êxodo urbano, apelando à mudança para território de baixa densidade.

O projecto *Novos Povoadores* tem como premissas demonstrar que é possível trabalhar a partir de qualquer ponto do país. A diferença é que a qualidade de vida pode melhorar substancialmente. O projecto anuncia a economia DNS (Domain Name System) ou seja, “com ela, as pessoas já podem vir para estes territórios de baixa densidade, que precisam desesperadamente de consumidores, mas não têm emprego para oferecer”³⁹.

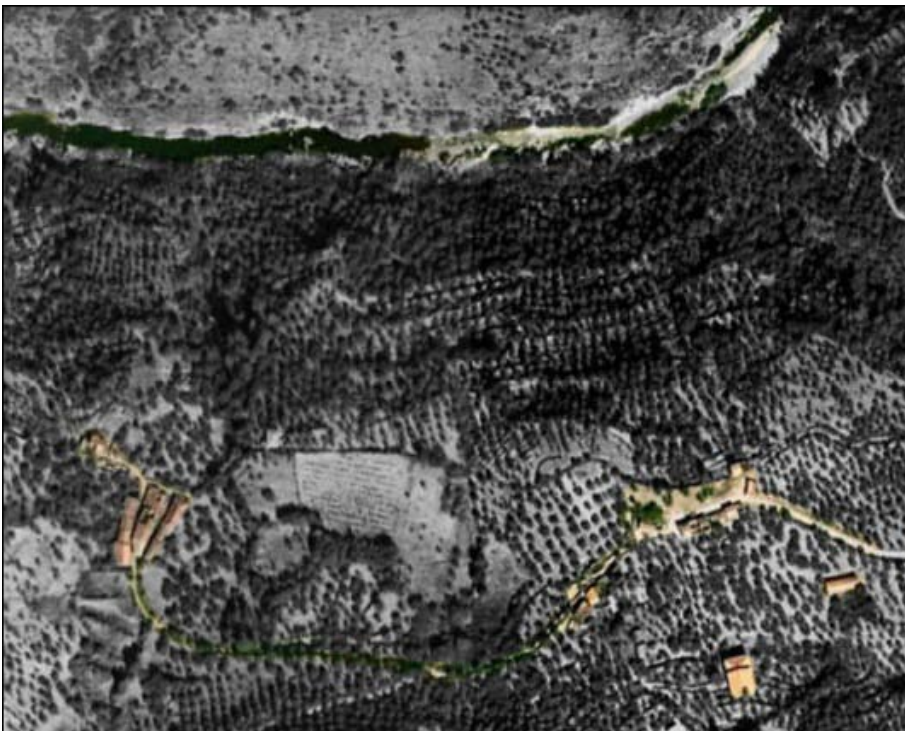
Novos Povoadores é um projecto que é financiado pelas câmaras (responsáveis pelo município para o qual as pessoas se deslocam) contribuindo assim para a mudança das famílias para locais menos densos. Um dos objectivos passa por identificar as vantagens e as capacidades que os territórios aderentes ao projecto podem proporcionar. Constam do projecto, para já, as cidades de Évora, Idanha-a-Nova e a Vila de Marvão. Como em todos os projectos são apresentadas vantagens e desvantagens. As vantagens apresentadas são: a nível económico (grande redução dos custos de vida), qualidade de vida (sem trânsito, sem qualquer tipo de poluição e sem stress) e socialmente (bom acolhimento da comunidade local) que foi apontada também como desvantagem, “a perda de privacidade e anonimato” como refere Frederico Lucas

Rede europeia de AV | Previsão 2020

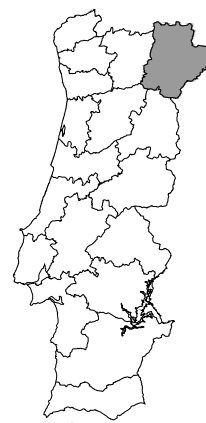


39. Frederico Lucas, in Jornal Público “Na primeira pessoa – sou a prova viva de que com Internet podemos trabalhar em todo o lado”, P2, Quarta-feira 2 de Dezembro de 2009, págs. 4-5

Santo André | Mogadouro



VII.1 Sto André | Mogadouro



Planta de Sto André | Mogadouro_ Sto André



Img. 16| aproximação à aldeia

“(…) A arquitectura popular (…) contém essa sabedoria da inserção no meio, no tecido construído. Pessoalmente, o que nela me interessa não são as formas – ligadas a meios de produção e materiais específicos – mas a sabedoria que existe no aproveitamento do espaço no sentido de adaptação.”

Álvaro Siza

A aldeia de Sto. André é um lugar que foi esquecido pelo tempo. Os últimos habitantes⁴⁰ partiram no final da década de 90 do séc. passado.

O total abandono desta aldeia tem levado a um acelerado estado de deterioração das habitações, havendo algumas que já se encontram num estado de ruína. As ruas são invadidas pelas silvas e percorridas, maioritariamente, pelos pastores ali passam com os animais de pastoreio para as “curriças” (espaço para guarda de animais) ou para os campos de pasto.

A reconstrução desta aldeia de xisto era facilmente exequível uma vez que este material abunda nas imediações.

É uma aldeia que tem todo o potencial para poder ser recuperada e receber de novo habitantes; contudo, a vida de comunidade não terá um regresso, mas sofrerá sim, uma transformação de vivência social.

A aldeia é maioritariamente constituída por casas de 2 pisos, onde no piso térreo se situava o abrigo dos animais e o piso superior era destinado à habitação.

40. Junto de populares na cidade de Mogadouro (a quem questioneei sobre Sto André) foi-me dado a conhecer que o abandono tornou-se absoluto após o êxodo de duas famílias para a cidade. Segundo afirmou uma colega de trabalho de um dos membros de uma das famílias, esta saída deu-se para que elas fiquem “mais próximo do local de trabalho e os garotos da escola e dos amigos”.

Algumas destas habitações ainda partilhavam numa mesma área o espaço dedicado às refeições, o de cozinhar (fogo) e o de dormir; as aberturas são reduzidas - uma pequena janela (ou “gorito”) geralmente no lado oposto ao lugar do fogo (lareira de chão) e uma porta de entrada. A janela, a porta e o soalho que divide os 2 pisos são de madeira. O acesso à casa é feito a partir de uma escadaria de pedra xistosa irregular e de diferentes alturas, permitindo a ligação da rua, ainda em terra batida, ao interior da habitação.

O material (img. 17) usado nas construções pode ser encontrado nas proximidades da aldeia; a técnica de construção é alvenaria de pedra com assentamento em adobe.

Na aldeia ainda é visível a presença de uma igreja, onde as paredes de alvenaria do nicho da cabeceira já se encontram em colapso e o espaço é apressadamente invadido pela vegetação.

A presença da água, com a construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, vai ser uma mais valia para o lugar, a cota da água chega ao início da aldeia mas não perturba as construções existentes.

A preocupação manifestada por meios accionistas e abrasivos que inferem a nível ambiental, onde são avaliados os principais impactes negativos e propostas medidas de minimização e/ou compensação desses impactes, não contemplam o estudo patrimonial destes lugares.

“A aprovação da realização do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, é anterior à elaboração e aprovação do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico(PNBEPH), pelo que o mesmo não consta nos aproveitamentos hidroeléctricos seleccionados neste âmbito.”⁴¹

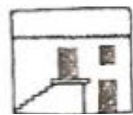


Img. 17 _ pormenor do maciço xistoso próximo da aldeia

41. Paulo Machado do Departamento de Ordenamento e Regulação do Domínio Hídrico - Divisão de Ordenamento e Valorização, 25 de Fevereiro de 2010; resposta por email a: “Quais preocupações que o programa tem para com estas pequenas povoações que acabam por ficar inseridas num meio completamente diferente? Se há algum incentivo e apoio para que sejam novamente reconstruídas e repovoadas?”

Sto André [a]

In, Arquitectura Popular Portuguesa



7



8

Casa de 2 pisos c/escada saliente

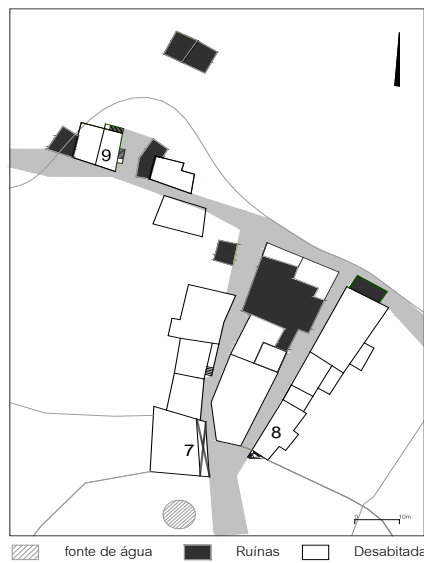


Casa de 2 pisos

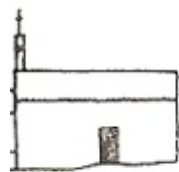


9

Sto André [a]



Jto André [b]



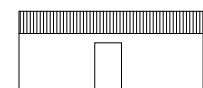
Capela



Casa de 2 pisos c/escada saliente



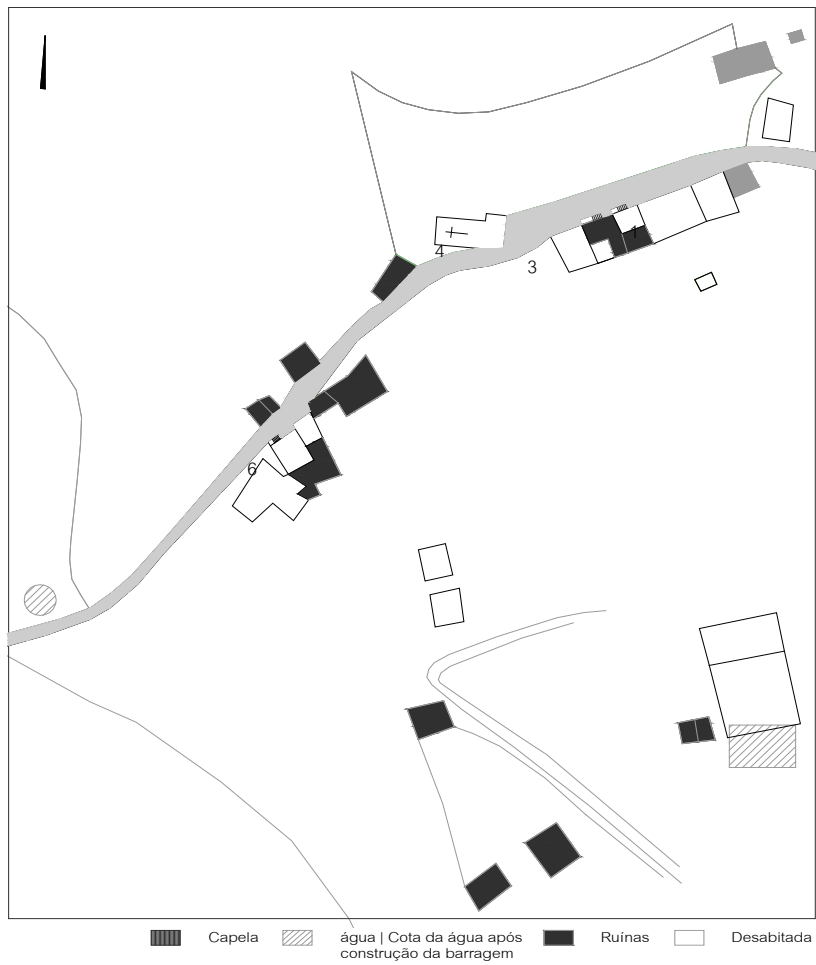
Casa de 2 pisos



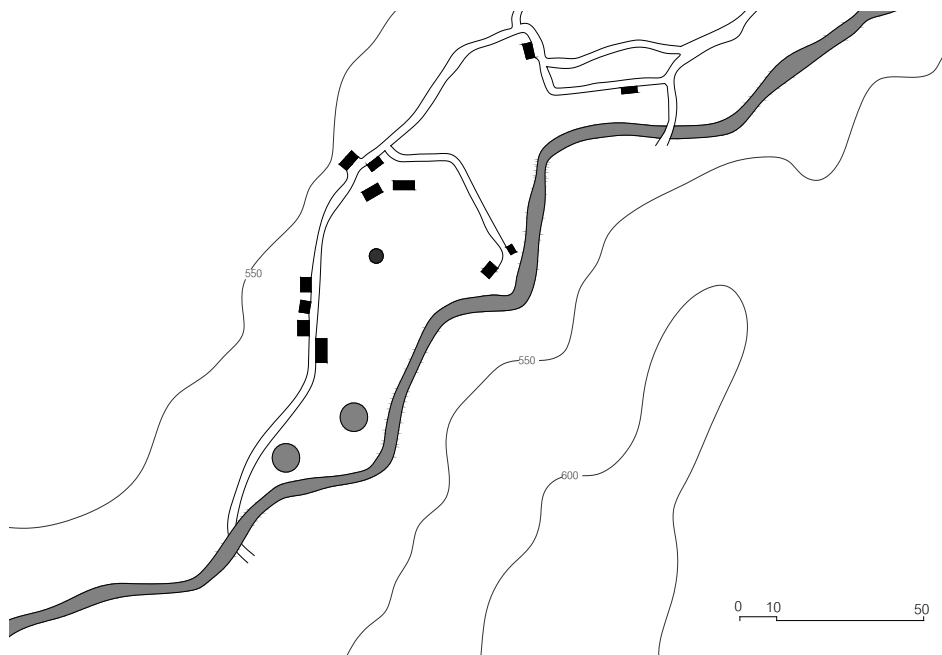
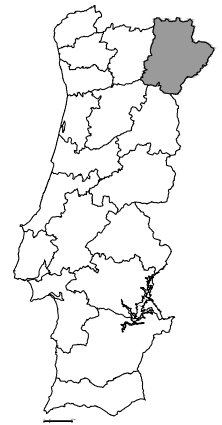
Casa térrea



Sto André [b]



Benrezes (ou Barrees) | Macedo de Cavaleiros



“Benrezes é um povoado abandonado situado na margem direita do rio Azibo, na proximidade do sopé Norte do monte da Terronha. A aldeia, referida em documentos medievais, foi habitada até aos anos 60.

No local é possível decifrar a sua antiga estruturação urbana, sendo ainda visíveis as ruínas da igreja, de notória feição medieval, estruturas de habitação e algumas estruturas de produção como o moinho da localidade e um lagar de azeite. A prospecção de superfície efectuada no local não permitiu extrair quaisquer conclusões que possibilitassem uma aproximação cronológica mais fundamentada em relação à origem do sítio em causa. No entanto, não será de excluir a possibilidade do povoado poder ter evoluído a partir de uma antiga ocupação iniciada durante a romanização, dado as condições naturais do local, com excelentes potencialidades agrícolas e o seu posicionamento em relação ao povoado fortificado da Terronha.”⁴²

Esta aldeia surge como referência pelo estado de abandono em que se encontra actualmente. É uma referência de um lugar que foi completamente perdido. Benrezes não tem tão pouca uma edificação com cobertura, o estado de abandono e ruína já se encontra bastante avançado.

A rua que leva onde, em tempos houve uma maior concentração de casas, cinco apenas, é de pé posto, delimitada por um muro de alvenaria de pedra sem nenhum material ligante, apenas pedras sobrepostas e que também o tempo desmoronou.

Consegue-se adivinhar a existência de uma igreja, no lado oposto a esta pequena concentração e mais longe do rio, devido aos seus arcos de volta perfeita que

42. *In*, www.terrasquentes.com.pt

“Interpretação da micro-toponímia rural (retirada dos registos do cadastro e constante nas cartas militares de Portugal,) existente nas 38 sedes de Freguesia do Concelho de Macedo de Cavaleiros.”



Img. 18 Estado avançado de ruína da aldeia de Benrezes

ainda resistem. As construções que ainda comportam alguma função são: a casa junto ao caminho, que ainda é percorrido por quem passa para os campos agrícolas, transformada em “curriça”, percebe-se o novo telhado e o cimento presente em pequenas falhas da pedra; e o moinho de água que se localiza distanciado do aglomerado, este encontrava-se fechado e não consegui apurar se era de particulares e se ainda funcionava, pois durante as duas horas que ainda vasculhei a zona, não me cruzei com nenhum transeunte.

Benrezes não se localiza demasiado longe de um centro urbano – Macedo de Cavaleiros (cerca de 17.000 hab) no entanto, o despovoamento atingiu-a e com o avançar do tempo, o que era uma aldeia tornou-se uma ruína e o passo sequencial é a estratificação, o início da intervenção arqueológica, como referiu o Arqueólogo Luís Pereira⁴³.

43. Uma troca de email onde o arqueólogo me informou das aldeias da região que estavam em total abandono populacional: Benrezes e Sto André

Pinhovo | Macedo de Cavaleiros



VII.II Pinhovelo | Macedo de Cavaleiros estagnada

A aldeia de Pinhovelo tornou-se objecto de estudo pelas características que ainda mantém. A tipologia do edificado é a descrita e retratada no livro “Arquitectura Popular Portuguesa” (1961), de 2 pisos e algumas delas de “varanda saliente com alpendre”. A sua construção é de alvenaria de pedra xistosa e madeira (soalhos, armação dos telhados, portas e janelas).



As intervenções aparecem timidamente e sempre com a preocupação em preservar a linguagem arquitectónica da aldeia a nível dos materiais e do número de pisos. Intervenções nas fachadas e possíveis alterações no interior das casas são as mais frequentes. Mais relevante, mas sem alterar a linha arquitectónica da aldeia, é a *Casa Malheiro* – casa de turismo rural. Uma antiga casa agrícola que foi recuperada e preservada, mantendo os materiais da antiga construção (xisto e granito) e sem descurar o conforto e modernidade necessários a um serviço de qualidade, encontra-se perfeitamente inserida no contexto da aldeia.

A vida do quotidiano da aldeia continua muito ligada à exploração agrícola, exceptuando alguns habitantes que, dada a proximidade com a cidade de Macedo de Cavaleiros, a elegeram como aldeia “dormitório” (pessoas que trabalham na cidade e residem na aldeia).

Pinhovelo tem um historial remoto, recentes estudos arqueológicos afirmam que em Terronha (lugar da escavação arqueológica) se evidenciam dois momentos de ocupação: romana (Baixo-Império) e pelo menos uma fase pré-romana.

Embora a aldeia tenha estagnado, a verdade, é que não se verificou o seu abandono total. “Uns saíam outros entravam”⁴⁴ mas a aldeia resistiu. A proximidade da cidade de Macedo de Cavaleiro, as infra-estruturas recentemente introduzidas (água, luz, saneamentos e rede cabo) é um passo para que se torne em aldeia de investimento e residência de trabalhadores urbanos.

44. Respostas de residentes às questões: como conseguiu uma aldeia resistir aos tempos modernos? O que fazia permanecer as pessoas?



1

4

7

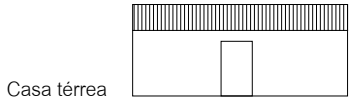
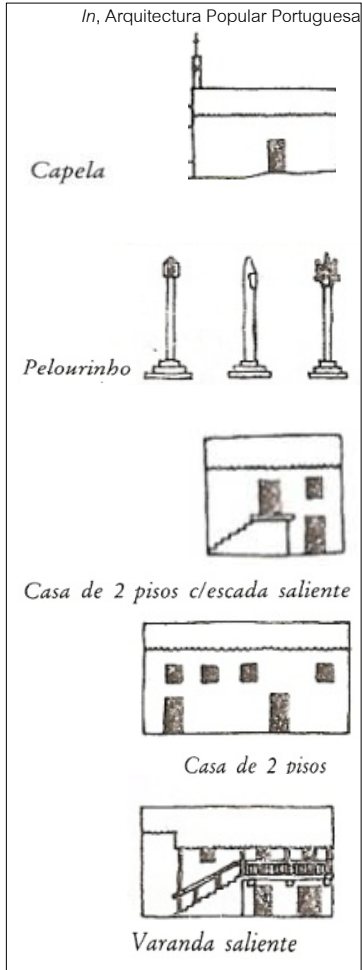
3

2

8

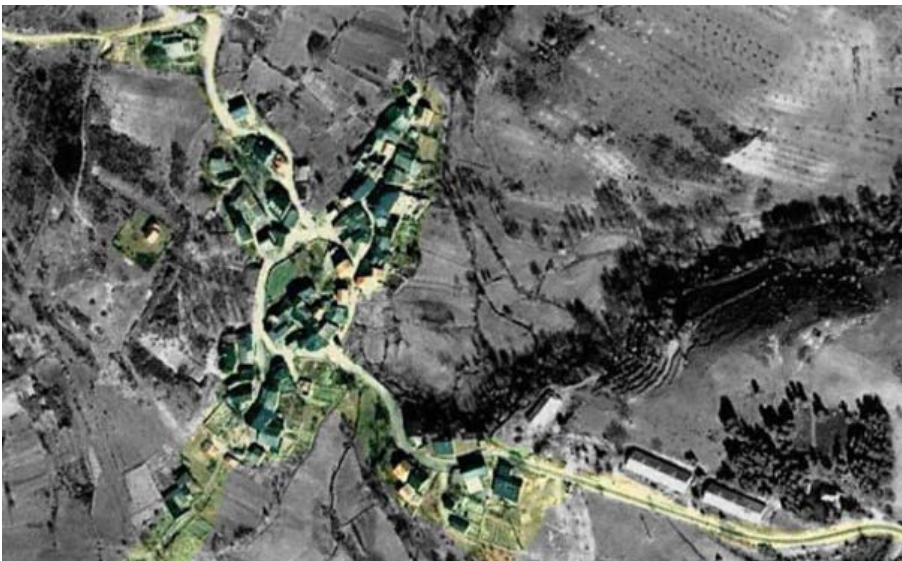
6

9



Pinhovo

Montezinho | Bragança



VII.III Montezinho | Bragança

Em pleno Parque Natural de Montezinho e a cerca de 1030m de altitude, com cerca de 40 habitantes, esta aldeia transmontana vai progressivamente sendo recuperada, para o seu aproveitamento turístico. Ainda predominam os telhados de lousa e as fachadas de granito que, ao longe na paisagem, se fundem com ela. Noutros tempos foi aldeia dormitório durante prospecção de minério de estanho. Hoje é o dormitório de muitos turistas que exploram o parque natural e o resto da região.

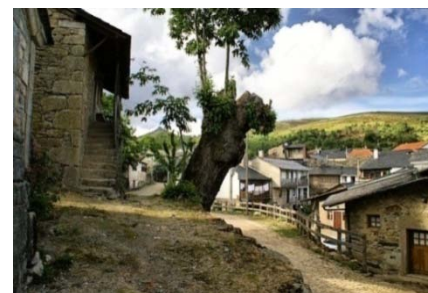
É uma aldeia que está a ter fortes investimentos no turismo rural. O mimetismo de uma arquitectura “típica” é a imagem de marca destas aldeias “tipicamente” turísticas.

As tipologias também aqui seguem o panorama descrito na “arquitectura popular portuguesa”, 2 pisos, o uso do rés-do-chão para guardar animais e o piso superior para habitação. De destacar, dos vários elementos comunitários, a forja e a fonte de mergulho.

O material usado nas construções revela uma arquitectura vernacular, de cor negra e muito fechada, consequência de uma preocupação climatológica que a condicionou ao longo da sua história. Na tentativa de preservar as suas características ainda se constrói recorrendo aos mesmos materiais: lousa nas coberturas, granito nas fachadas e as madeiras nas varandas, portas e janelas.

Faziam parte integrante do modo comunitário da aldeia os largos (lugares de encontros e reuniões) que ainda são bem percebidos: o largo com a fonte junto à forja e ao café e o largo que dá acesso à igreja.

É mais um caso que, embora a aldeia não tivesse ficado em total abandono, deixou de ser uma vivência comunitária de aldeia e passou a ser um cenário que gera algum desenvolvimento económico em que perduraram algumas memórias do que foi uma aldeia com telhados de lousa e paredes de xisto e ou granito.



Img. 22

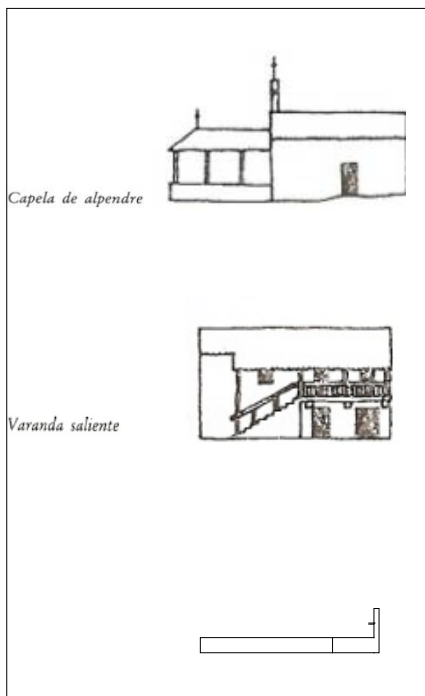
Img. 23







2



Capela de alpendre

Varanda saliente

Fontanário



3



8



9

Fonte de mergulho



Montezinho

VIII. REFLEXÕES | o olhar da arquitectura sobre o fenómeno do despovoamento rural

A elaboração deste trabalho pretendeu de alguma maneira dar visibilidade a uma problemática social e cultural relacionada com o património físico construído, sobre o ponto de vista arquitectónico. O intuito é suscitar, de alguma forma, uma certa inquietude e agarrar casos que padeçam do mesmo fenómeno e que possam ser pensados e trabalhados por uma nova geração de arquitectos onde, o construir “novo” deixou de ser presente para dar uma nova justificação a um património que possa fazer parte do futuro.

Pode definir-se, estruturalmente este trabalho, em dois grandes momentos: o primeiro, analítico e conceptual, aborda a problemática do despovoamento rural; o segundo, a reunião de elementos que visam perceber como se lidou em determinados casos (apresentados como referências) e ainda ter conhecimento do panorama das aldeias a que faltam dinâmicas interventivas ao nível da arquitectura.

A parte analítica e conceptual deixou espaço para poder ver a questão da acção do fenómeno do despovoamento sobre estes espaços físicos analisados, com alguma visibilidade. Os conceitos que se relacionam directamente com o tema são identificados recorrendo a dados estatísticos, cadernos normativos, leis e toda uma série de elementos concretos que ilustram os conceitos mais efectivos bem como as preocupações que são geradas para com esta problemática.

As questões a partir de reflexões contemporâneas tentam interpretar o que é chamado de pós-ruralidade, lidam com esta questão já à luz da consciência de que se trata de um problema efectivo, como resultado de todos os processos endógenos e exógenos reflectidos na falta de desenvolvimento, estagnação ou abandono do mundo rural.

Tendo apreendido todas as questões associadas ao aparente estado do mundo rural, procedeu-se à análise dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento para perceber de que maneira, a nível institucional, governamental e

fundamentalmente a nível europeu, são olhadas estas questões e para onde remetem o olhar; ou seja, perceber como é projectado o futuro destas pequenas “bolsas” subdesenvolvidas no meio de uma Europa assumidamente desenvolvida. Estas inquietações encontram-se intimamente ligadas aos apoios da União Europeia, uma vez que, esta problemática é verificada a nível europeu, numa situação mais imediata nos países mediterrânicos nos quais Portugal se integra neste trabalho como exemplo. O olhar destas políticas vai sempre no caminho da coesão territorial e social destes lugares apostando numa estratégia economicamente competitiva e socialmente estável e atractiva.

Atentos ao olhar destes programas, percebeu-se que os factores determinantes nos exemplos que foram apresentados foram as políticas agrárias associadas e a atribuição, para estes espaços específicos, de espaços turísticos.

Os primeiros porque os universos rurais sempre tiveram uma ligação muito estreita com a exploração agrícola, sendo que esta é imprescindível para a manutenção do património rural e natural que predomina nestes territórios. Os efeitos destas políticas que surgiram, da preocupação de preservar uma vivência social em perda, são demonstradas na garantia da regeneração das culturas agrícolas em que uma é indissociável da outra.

A segunda, o espaço turístico como espaço de turismo rural, também revela uma preocupação da preservação do meio mas não só; aposta igualmente na diversificação das actividades que garantem viabilidade de um serviço e que geram postos de trabalho. A questão do tempo também é levantada. É evidente essa relação com um tipo de turismo “alternativo” numa sociedade em que cada vez mais se fala de velocidade, estes espaços e este tipo de oferta turística são um travão a esse tempo fugaz de que a vivência urbana é vítima.

Num segundo momento, a partir da arquitectura, tenta-se não apresentar um projecto, não usar os instrumentos arquitectónicos propositivos, mas usar o ponto de vista arquitectónico e os conhecimentos adquiridos de uma maneira difusa para olhar com mais cuidado para a questão arquitectónica associada e para

levantar algumas questões inquietantes sobre estes espaços afectados por um fenómeno social.

Procurou-se reunir casos revitalizados, em que colaboraram pensadores, arquitectos e ateliês com pensamentos arquitectónicos pertinentes que permitam perceber até que ponto a arquitectura tem a capacidade de ser trabalhada; até que ponto a arquitectura foi um fio condutor de emersão de espaços que tendiam a afundar-se nas ruínas de um passado histórico.

Embora a abordagem sobre estas questões seja um pouco mesclada de vários olhares, tenta-se que incida sobretudo no olhar arquitectónico.

Dos casos apresentados, tendo como característica comum o abandono do lugar por parte dos residentes, cada um tem a sua especificidade.

Temos o exemplo, nacional, de Idanha-a-Velha, em que a arquitectura tudo fez para que aquela aldeia em ruína voltasse a receber e a acolher residentes, possibilitando que novas pessoas se fixassem e lhe dessem justificação. A Arquitectura que não é para as pessoas, torna-se objecto escultórico, para ser visto e apre(e)ndido. Esta aldeia que vivia na decadência do legado edificado teve a grande resposta arquitectónica na qualidade e sensibilidade na relação com o património riquíssimo que a caracteriza. Quanto ao nível da revitalização da aldeia, em termos de gestão das dinâmicas populacionais não se verificou apesar de ter propostas com intervenções contemporâneas para as suportar.

O projecto dos “Pueblos” da educação, em Espanha, leva-nos para outro domínio e lida com a possibilidade da simultaneidade do património físico | material e do imaterial (técnicas de execução antigas). Estes lugares que se mantêm num âmbito performativo e pedagógico, embora o ponto de partida seja semelhante ao de Idanha (o abandono e a interioridade) a verdade é que a aposta residiu na manutenção das próprias aldeias por parte de quem temporariamente as habita.

O exemplo do “telepueblo”, em Itália, alvo de uma grande intervenção arquitectónica e cibernética, torna-se um cenário para turistas “residentes”. A vivência de aldeia deixou de existir quando esta ficou abandonada.

Efectivamente devido à grande pressão tecnológica que se fazia sentir na década de 90, a pretensão projectual era possibilitar aos utentes vindos de qualquer ponto do mundo o seu permanente contacto com o mesmo. A preocupação foi de garantir um refúgio num lugar bucólico em que para além das infra-estruturas ao nível tecnológico, subtilmente se adaptaram edifícios de vivências ancestrais à vivência contemporânea. É um resultado a nível turístico, tecnológico e com um sabor anacrónico.

Para além de tentar coleccionar casos suficientemente diferentes e interessantes em que há um esforço claro de revitalização, procuraram-se identificar casos que lidaram com situações de estruturas problemáticas que foram revitalizados e que tiveram o sucesso da concretização. Não me cabe apreciá-los e classificá-los como sucessos ou não, os autores dos mesmos, nomeadamente os Arqtos autores do projecto de intervenção em Idanha-a-Velha deixam evidente a sua posição acerca do mesmo.

A abordagem cabe no sentido mais imediato aos casos de países mediterrâneos. Poder-se-ia também ter estudado casos de intervenções paralelos as estes meios em que se verifica claramente a separação Litoral | Interior. Quando se fala em interioridade consegue-se contextualizar e abrir um parêntese para um caso relevante, por exemplo a Suíça. Como país, a Suíça insere-se num meio distante daquele considerado um meio mediterrânico mas a interioridade é determinante. A predominância de vilas e aldeias num estado de profundo isolamento são alvos de pequenas “cirurgias” interventivas com uma sensibilidade tal que lhes dá significado.

Assinalamos como exemplo a acção do arquitecto Luigi Snozzi em Monte Carasso. A dimensão deste lugar é completamente diferente dos casos que são mais detalhadamente desenvolvidos no conteúdo da tese. Cabe-lhe aqui lugar pela subtilidade na abordagem de uma escala mais minuta com que o faz. O contexto da intervenção de Monte Carasso, em finais do da década de 80, é de um pequeno aglomerado rural mas que se transformou, devido a um tipo de êxodo diferente – o êxodo para a periferia; trata-se de um universo com alguma

densidade habitacional e com uma zona industrial. Snozzi parte de um programa e de um projecto objectivo que se rege pela obra monumental – o convento – mas, a verdade é que enquanto observador e utilizador do espaço que o envolve, introduz-lhe outra escala, outras preocupações – a “escala imediata”. Snozzi chega a olhar estas pequenas intervenções como um artesão, o detalhe e a minúcia dão o significado às coisas.

Neste contexto de intervir a escalas reduzidas, em que o substituir aqui, inserir ali, construir além tornam algo que aparentemente é banal – uma rua por exemplo – num ponto de referência a nível mundial. Podemos referir o trabalho de Peter Zumthor remetendo estes pensamentos para a ruela onde se localiza o seu ateliê, em Haldenstein, na Suíça. A transformação da própria rua com pequenos elementos construídos muitas vezes pelas suas próprias mãos, vão dando sentido ao lugar que se evidencia: o ateliê, a casa, e o jardim que os envolve são pequenas subtilezas que vão engrandecendo este espaço, também ele rural.

Remete-se novamente o objecto de discussão para o contexto português, para a situação de país fortemente mediterrâneo.

Portugal é identificável por dois eixos de desenvolvimento diferenciados: o eixo Norte | Sul e o eixo Litoral | Interior, dividem o país em zonas desenvolvidas, mais ricas e com maior dinamismo demográfico, e em zonas mais pobres, economicamente débeis e dependentes e com estruturas populacionais envelhecidas. Nesta última insere-se a região de Trás-os-Montes de onde são apresentadas e analisadas as três aldeias perspectivando um panorama do universo de aldeias interiores – o abandono, a estagnação e a “aldeia turística”.

Invertendo a ordem expositiva, a última das situações é tida como uma aldeia que não sofreu intervenções arquitectónicas de grande relevância e que a própria condição, “Aldeia turística”, acaba por salvaguardar o seu cariz rural e tradicional. Há preocupações, mesmo nas novas construções, de manter a mesma linguagem a nível dos materiais e com o mesmo aspecto de uma arquitectura vernacular. Embora não seja preocupante o seu estado evolutivo, uma vez que arquitectónicamente as intervenções são subtis e cuidadosas na sua

contextualização mas, tal como Montezinho, estas aldeias caminham no sentido do “cenário vendável” e não, no do rejuvenescimento da “aldeia”.

Relativamente às aldeias que se encontram estagnadas a inquietude reside, no limite, de se tornarem também elas em espaços abandonados devido à falta de estruturas necessárias à vida contemporânea e de actualização do estado habitacional em que estas aldeias se encontram.

Outra realidade que se verifica nestas aldeias é a de não haver lugar para a evolução das “coisas”. Comunidades extremamente fechadas onde há tradições, relações e vivências que não podem ser quebradas ou modificadas por qualquer tipo de obstáculos. A linha deste pensamento segue em direcção ao filme “Il vento fa il suo giro”⁴⁶, é um filme que retrata, nos Alpes italianos, uma aldeia estagnada e de algum abandono populacional. A intenção de uma nova família vir residir para esta aldeia levantou um tumulto geral na população da aldeia. E foi esta que negou a inserção de uma família, possível impulsionadora de alguma dinâmica, simplesmente porque eram detentores de outros hábitos, outras vivências e outras perspectivas que os residentes já há muito tinham deixado de ter.

O que se verifica nestes mundos rurais, é que muitas vezes entram no processo de congelamento no tempo, devido ao comodismo de um passado. As próprias pessoas destes meios sentem-se simplesmente satisfeitas com o que a vida lhe proporcionou ao invés de inovar, transformar ou renovar hábitos de vida, não fazendo estes conceitos e atitudes parte do seu vocabulário. Inevitavelmente, este estado temporariamente estagnado aliado à falta de inserção de novos habitantes leva ao patamar seguinte que tipificam estes cenários, a aldeia despovoada.

O estado de abandono destas aldeias, é vincadamente o que nos faz vibrar enquanto detentores de algum entendimento na procura de linhas que a arquitectura possa traçar para inverter estas condições rurais. As questões

46. Filme de Giorgio Diritti. “Il vento fa il suo giro”. Arancia. Itália 2005

surgem quando remetemos o olhar para as memórias físicas destas aldeias: o que é que nós enquanto arquitectos podemos fazer por estes espaços? O erro não será eminente na medida em que a intenção é transformar estes lugares, cuja riqueza é o seu legado edificado e que ainda persiste, em cenários vendáveis? Ou será mesmo o momento de aceitar que estas aldeias “morreram” irrefutavelmente?

Chegamos ao momento em que aceitamos a “morte” destas aldeias como um novo espaço para uma nova vida? Não semelhante, não igual, mas uma vida diferente. Um mesmo espaço territorial, com uma semelhança organizacional mas com um espaço arquitectónico e vivencial completamente transformado.

Segundo Fernando Távora, devemos valorizar a história e tratá-la como um percurso. Há que defender o passado, enquanto memórias e valores, actualizando-o, acompanhando-o e orientando-o em formas contemporâneas, construindo assim uma visão histórica de tudo, como se de uma introdução no tempo se tratasse.⁴⁷

Ana Tostões admite que não há o hoje sem o ontem, tal como não há criação sem memória e originalidade sem experimentação.⁴⁸

Já para Le Corbusier, o passado é descontextualizado. Refere que obra do passado é igual à do presente, a obra não tem época, é apenas constituinte da memória que condiciona, à posteriori, o acto criativo.⁴⁹ E terminando esta linha de pensamento de valores relativos da história da obra arquitectónica sabemos que a “[...] a arquitectura é a arte de organizar o espaço, melhor: a arte de organizar as relações do homem com o espaço.”⁵⁰ E que assim sendo, a arquitectura deve conseguir dar resposta a todas as realidades nas quais vai colmatar as necessidades das relações espaciais do Homem

47. TÁVORA, Fernando. “Para um Urbanismo e uma arquitectura portuguesa”. Jornal Comercio do Porto. 1953. P.12

48. COELHO, Carolina. “A questão do arquitecto: a sociedade portuguesa e o arquitecto, hoje.” Coimbra, 2008. Prova final de licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura. P.28

49. Idem

50. TAÍNHA, Manuel. “Arte, Profissão, modelo de vida”. In, JÁ : Antologia 1981-2004. Lisboa: Centro Editor Livreiro da ordem dos Arquitectos, 218-219 (2005). P.164

A arquitectura não tem possibilidade de fazer renascer uma aldeia. A arquitectura tem a capacidade de criar outros ambientes, outras aldeias, outros lugares que tenham igualmente o sossego, a tranquilidade e a ambiência da natureza. A vida que outrora definia estas aldeias, essa, morreu com as suas gentes. Enquanto arquitectos, capazes de transformar espaços adequando-os às necessidades vivenciais das relações humanas, devemos seguir no caminho da transformação arquitectónica destes espaços para gerir uma nova identidade de vivência rural.

“Consenso básico, de meados dos Anos de 1990, sobre a ruralidade avançada”

1. As zonas rurais, que englobam os locais de residência de um quarto da população europeia e de mais de um quinto da americana, e mais de 80% dos dois territórios, caracterizam-se por tecidos culturais, económicos e sociais singulares, um extraordinário mosaico de atividades e uma grande variedade de paisagens (florestas e terras agrícolas, sítios naturais incólumes, aldeias e pequenas cidades, centros regionais, pequenas indústrias etc.).
2. As zonas rurais, bem como os seus habitantes, formam uma autêntica riqueza para suas regiões e países e podem ser bem competitivas.
3. As maiores partes dos espaços rurais europeus e norte-americanos são constituídos por terras agrícolas e florestas que influenciam fortemente o carácter das paisagens.
4. Dado que a agricultura certamente permanecerá como importantíssima interface entre sociedade e ambiente, os agricultores deverão cada vez mais desempenhar funções de gestores de muitos dos recursos naturais dos territórios rurais.
5. Mas a agricultura e as florestas deixaram de desempenhar papel predominante nas economias nacionais. Com o declínio de seus pesos económicos relativos, o desenvolvimento rural, mais do que nunca, deve envolver todos os setores socioeconómicos das zonas rurais.
6. Como os cidadãos europeus e norte-americanos dão cada vez mais importância à qualidade de vida em geral, e em particular a questões relativas à saúde, segurança, ao desenvolvimento pessoal e lazer, as regiões rurais ocuparão posições privilegiadas para satisfazer tais interesses, oferecendo amplas possibilidades de um autêntico desenvolvimento, moderno e de qualidade.
7. As políticas agrícolas deverão se adaptar às novas realidades e desafios colocados, tanto pelos desejos e preferências dos consumidores, como pela evolução do comércio internacional. Deverá haver, sobretudo, uma adaptação que impulse a transição de um regime de sustentação de preços para um regime de apoios diretos.
8. Os subsídios estabelecidos pelas respectivas políticas agrícolas serão crescentemente contestados. E já é ampla a aceitação de que apoios financeiros públicos devam ser cada vez mais condicionados a uma adequada gestão dos recursos naturais, à manutenção e ao reforço da biodiversidade e das paisagens culturais.
9. As reformas das políticas agrícolas da primeira metade da década de 1990 conservaram inconsistências, duplicações e alta complexidade jurídica, apesar de inegáveis avanços em termos de transparência e eficácia.
10. Torna-se absolutamente necessário promover a capacidade local de desenvolvimento sustentável nas zonas rurais e, nomeadamente, iniciativas privadas e comunitárias bem integradas a mercados globais.

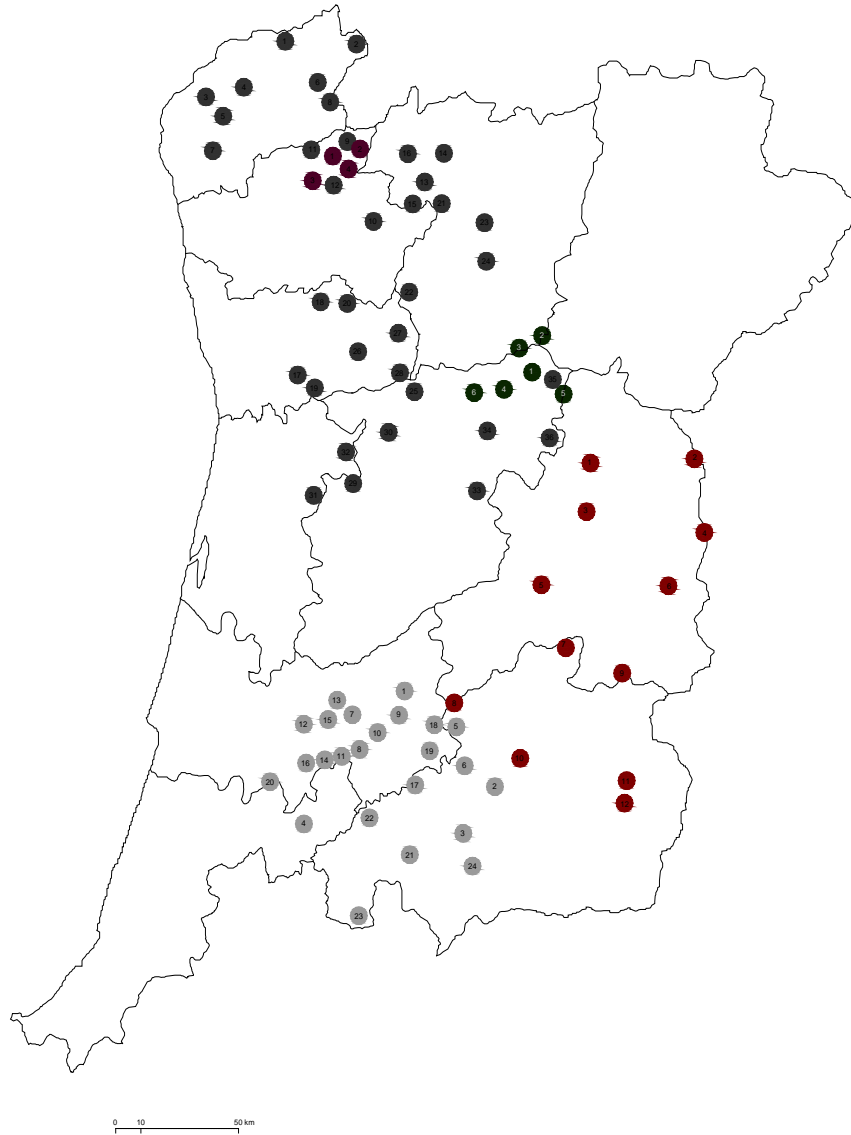
In, Veiga, José Eli da. “Destinos da ruralidade no processo de globalização”. *Estud. av.* vol.18 no.51.

São Paulo. May/Aug. 2004

ANEXO II

Aldeias de Portugal

[parte I]



ADRIMINHO
[Associação de desenvolvimento rural integrado no vale do Minho]
1. Gave [Melgaco]
2. Castro Laboreiro [Melgaco]
3. Covas [Via Nova de Cerveira]
4. Bico [Paredes de Coura]

ADRIL
[Associação de desenvolvimento rural integrado do Lima]
5. Cabração [Porte de Lima]
6. Soajo [Arcos de Valdevez]
7. Moreira G. do Lima [Viana do Castelo]
8. Lindoso [Porte da Barca]

ATAHCA
[Associação de desenvolvimento rural das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave]
9. Cutelo [Cobões | Terras de Bouro]
10. Carneira [Sabroso da Goma | Fôcos de Lanhoso]
11. Gondomar [Via Verde]
12. Urjal [Seramim | Amares]

SDL DO AVE
[Associação de desenvolvimento rural integrado do vale do Ave]
13. Agra [Rosas | Viana do Minho]
14. Camões [Viana do Minho]
15. Móz [Absim | Fafe]
16. Louredo [Viana do Minho]

ADER-SOUSA
[Associação de Desenvolvimento Rural das Terras de Sousa]
17. Quintandorra [Lagares | Penafiel]
18. Burgo [Pombelo | Felgueiras]
19. Cabrelo [Capela | Penafiel]
20. Coeçais [Sendim | Felgueiras]

PROBASTO
[Associação de Desenvolvimento Rural de Basto]
21. Bustalvoerne [Caboceros | Caboceros de Basto]
22. Castelo [Aranda | Calvoso de Basto]
23. Agunchoa [Cerva | Ribeira de Pena]
24. Travassos [Bilhó | Mondim de Basto]

DOLMEN
[Cooperativa de Formação, Educação e desenvolvimento do baio (Tâmega)]
25. Boasas [Oliveira do Douro | Cinfães]
26. Tongobriga [Freixo | Marco de Canaveses]
27. Lugar da Rua [Aboadela | Amarante]
28. Porto Manso [Ribadouro | Baião]

ADIMAG
[Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Semas de Montemuro, Arada e Graalheira]
29. Pena [Covas do Rio | S. Pedro do Sul]
30. Campo Benfeito [Cosende | Castro Daire]
31. Felgueira [Árdes | Vale de Cambres]
32. Melhz [Janade | Arouca]

BEIRA DOURO
[Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro]
33. Lapa [Quintela | Sernacheja]
34. Granja do Tecto [Tabuaço]
35. S. Xisto [Vale de Figueira | S. João da Pesqueira]
36. Souto [Penadouro]

Aldeias da Saúde
1. Brufe [Terras de Bouro]
2. Cutelo [Cobões | Terras de Bouro]
3. Ramalha [Sequeiros | Amares]
4. Sta Isabel [Terras de Bouro]

Aldeias Vinhateiras
1. Barcos [Tabuaço]
2. Frazão [Ago]
3. Provesende [Sabrosa]
4. Salzedas [Tarouca]
5. Trepdes [S. João da Pesqueira]
6. Ucanha [Tarouca]

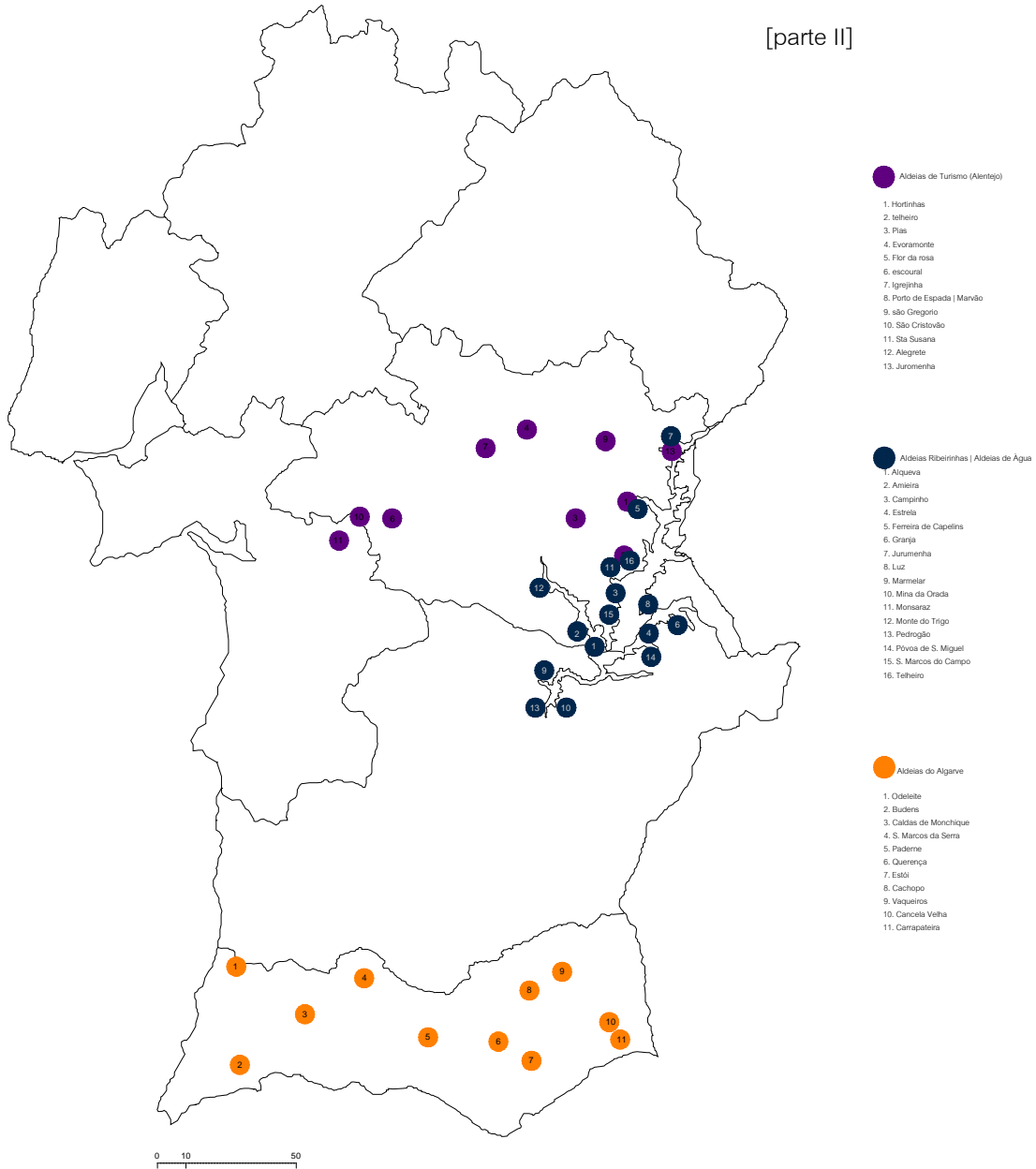
Aldeias Históricas de Portugal
1. Marávia
2. Castelo Rodrigo
3. Francisco
4. Almeida
5. Lanhelas da beira
6. Castelo Mendo
7. Balmimle
8. Pódião
9. Sabugal
10. Castelo Novo
11. Monsanto
12. Idanha-a-Velha

Aldeias de Xisto
1. Benfeita [Arganil]
2. Martin Branco [Castelo Branco]
3. Sarzedas [Castelo Branco]
4. Casal de S. Simão [Figueiro do Vinhos]
5. Barroca [Fundão]
6. Janeiro de cima [Fundão]
7. Agra Nova [Góis]
8. Agra Velha [Góis]
9. Comareira [Góis]
10. Pena [Góis]
11. Candal [Lousã]
12. Casal Novo [Lousã]
13. Gendria [Lousã]
14. Chiqueiro [Lousã]
15. Talsenal [Lousã]
16. Gondomar [Miranda do Corvo]
17. Alvaro [Oleiros]
18. Fajão [Pampilhosa da Serra]
19. Janeiro de Baixo [Pampilhosa da Serra]
20. Ferraria de S. João [Penela]
21. Figueira [Proença-Nova]
22. Pedregal [Seia]
23. Água Formosa [Vila de Rei]
24. Foz do Cabral [Vila Velha de Rodão]

A elaboração deste mapa esquemático que localiza visualmente as redes das aldeias, em Portugal continental, foi minuciosamente apontada e identificada cada aldeia. Apresentam-se as redes: Aldeias de Portugal, Aldeias da Saúde, Aldeias Vinhateiras, Aldeias de Xisto a as Aldeias Históricas de Portugal.

ANEXO II

[parte II]



A elaboração deste mapa esquemático que localiza visualmente as redes das aldeias, em Portugal continental, foi minuciosamente apontada e identificada cada aldeia. Apresentam-se as redes: Aldeias de Turismo, Aldeias de Água e as Aldeias do Algarve.

ANEXO III

Caderno de normas “ALDEIAS DE PORTUGAL”

“Aldeia de Portugal” - Aglomerado populacional inserido em meio rural, constituindo um espaço de relevante valor patrimonial e possuindo um carácter próprio que se expressa na tradição das suas actividades e produtos, e cuja população se identifica com um projecto integrado de salvaguarda e rentabilização desses valores.

A classificação das Aldeias tem subjacente o número e as características arquitectónicas das edificações, o número de habitantes e as actividades económicas e/ou culturais predominantes.

O alojamento turístico que pretenda utilizar a marca “Aldeias de Portugal” deverá:

- estar localizado numa aldeia de Portugal
- estar devidamente licenciado pelas entidades competentes, numa das modalidades de TER
- utilizar nas refeições que forneça, sempre que possível, produtos agro-alimentares da aldeia ou da região em que está inserida
- enquadrar-se nas características arquitectónicas da aldeia
- possibilitar a realização de actividades e eventos de animação

As unidades de restauração inseridas na rede das Aldeias de Portugal deverão:

- estar localizadas numa aldeia de Portugal
- estar devidamente licenciado pelas entidades competentes
- promover a gastronomia local e regional
- utilizar sempre que possível produtos da aldeia ou da região onde se insere
- enquadrar-se nas características arquitectónicas da aldeia
- promover eventos de animação

Os produtos locais que pretendam utilizar a marca Aldeias de Portugal deverão cumulativamente:

- serem produzidos numa Aldeia de Portugal ou na região onde se insere
- serem resultantes de uma actividade ou processo produtivo tradicional da aldeia ou da região onde se insere

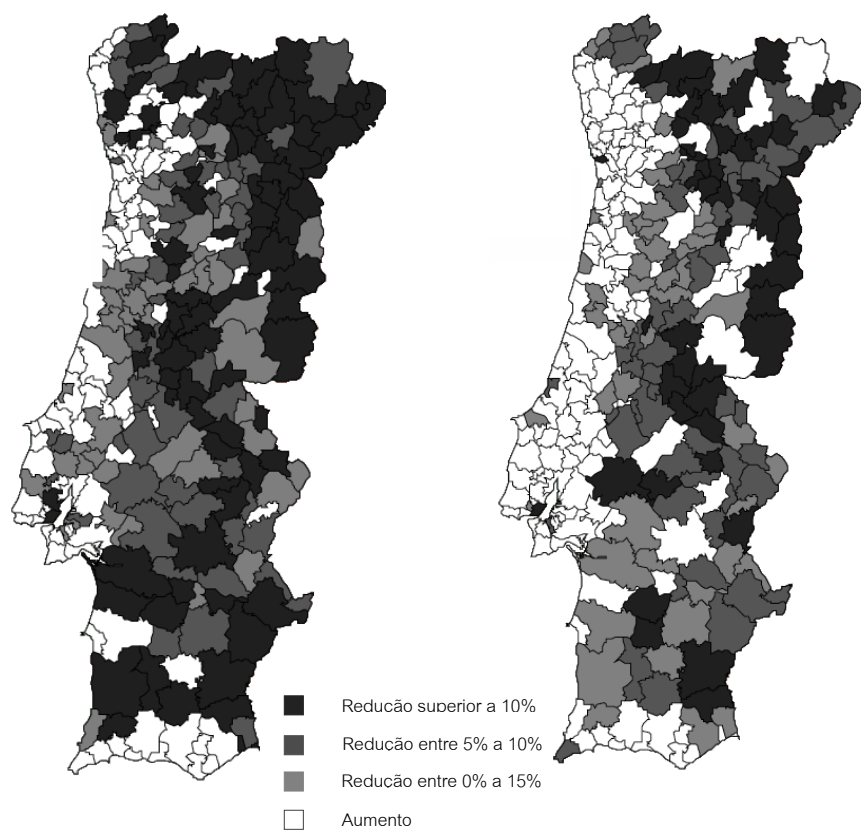
O pedido de classificação deverá ser solicitado à ATA - Associação de Turismo de Aldeia pela ADL sua associada em cuja região a aldeia se localiza.]

In, “Pessoas e Lugares”. Jornal de Animação da Rede Portuguesa leader+. “II Encontro das Aldeias de Portugal”. Redacção com a colaboração da ADRIL e Minha Terra. II Série | Nº 14 | Novembro 2003. p.16

Demografia populacional

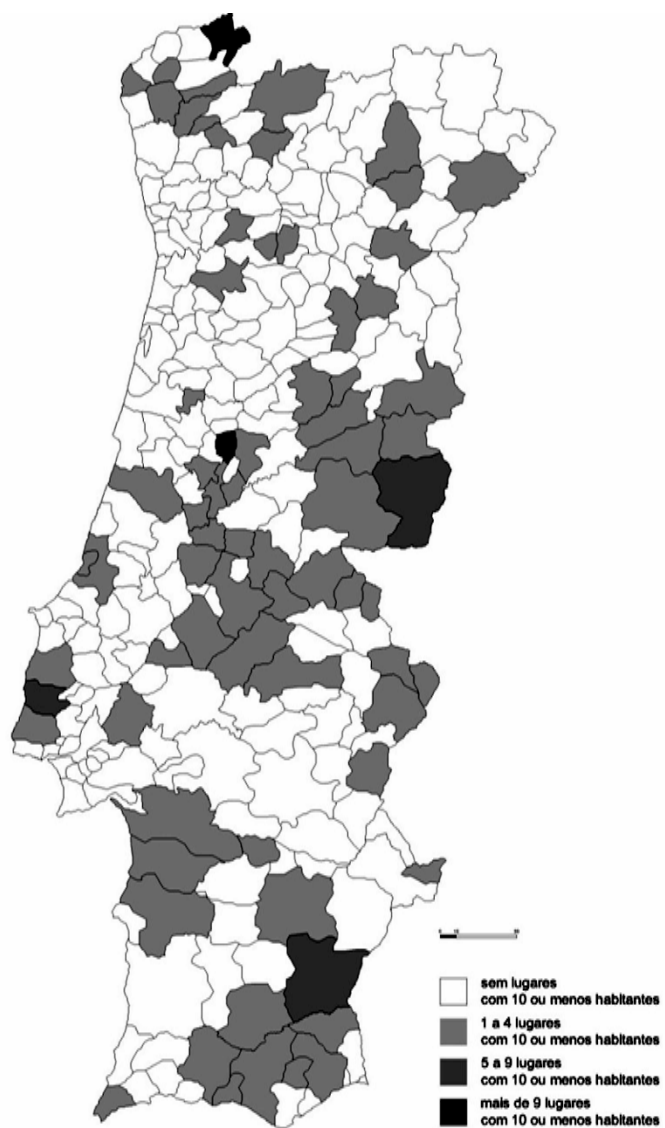
População residente entre 1981-1991

População residente entre 1991-2001



Fonte: GPPAA a partir de censos 1991 e 2001

A ruralidade em Portugal



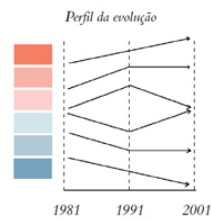
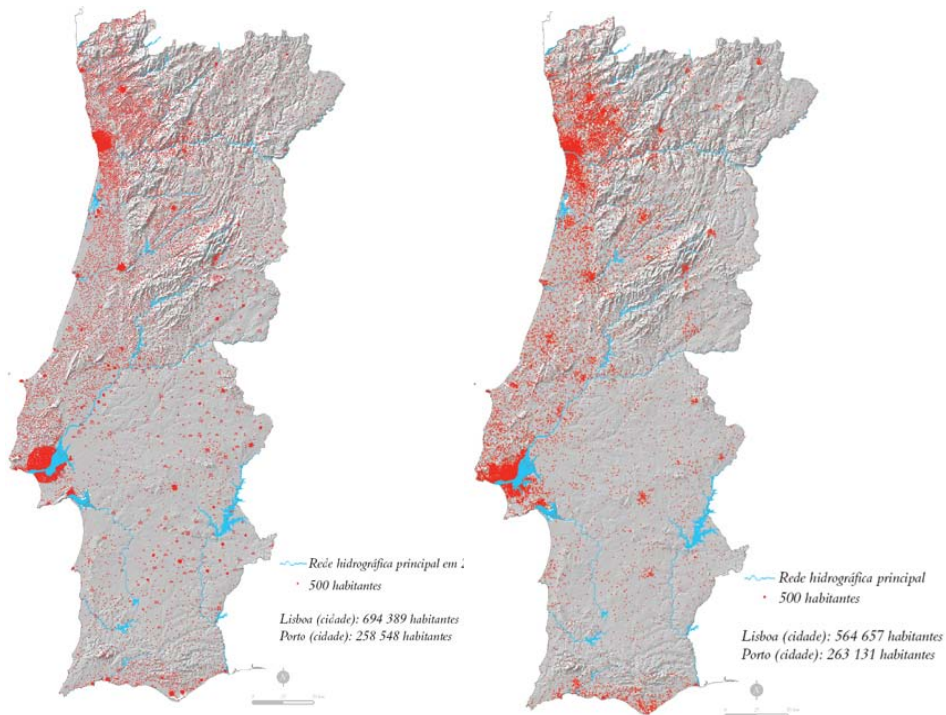
Concelhos com lugares com 10 ou menos habitantes

Este mapa foi recriado a partir do mapa publicado em, "Do despovoamento rural ao desenvolvimento local" .
Carminda Cavaco e António Ramos [1994]

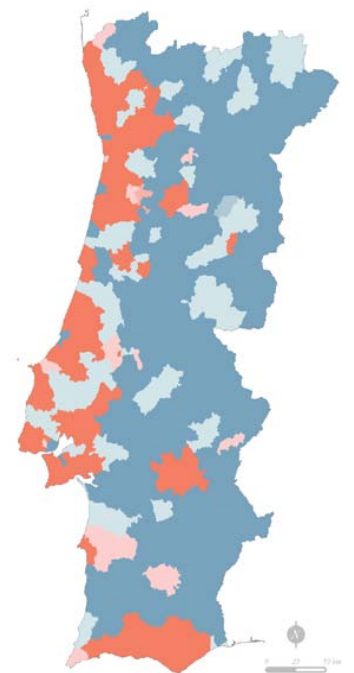
ANEXO VI

Distribuição da População no Continente, 1940 e 2001

Reconstruído com base no mapa da distribuição da população em Portugal, realizado no Centro de Estudos Geográficos da F. L. L.



Evolução da População, 1981/2001



ANEXO VII

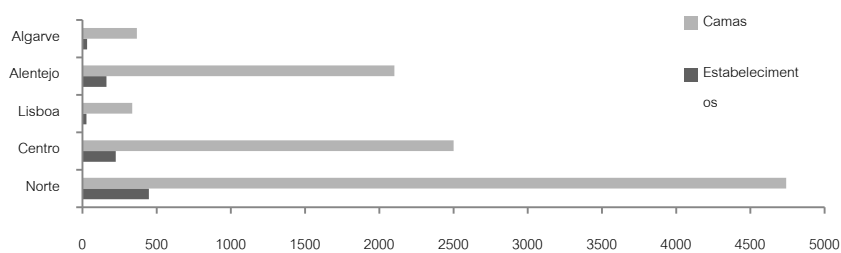
	 Sol e Mar	 Touring	 City Breaks	 Turismo de Negócios	 Turismo de Natureza	 Golfe	 T. Náutico (Inc. Cruzeiros)	 Resorts Int./ T. Residencial	 Saúde e Bem-estar	 Gastron. e Vinhos
Algarve	●			●		●	●	●	●	
Lisboa	●	● (Oros, Salgue)	●	●	●	●	● (Cruzeiros)		●	●
Madeira	● (Porto Santo)	●		●	●	●	● (Cruzeiros)	● (Porto Santo)	●	
Forte e Norte		●	● (Porto)	● (Porto)	●				●	●
Centro		●			●	● (Desfr)		● (Desfr)	●	●
Açores		●			●	●	●		●	
Alentejo	● (Litoral Alentejano)	●				● (Litoral Alentejano)	● (Litoral Alentejano)	●	● (Litoral Alentejano)	●



ANEXO VIII

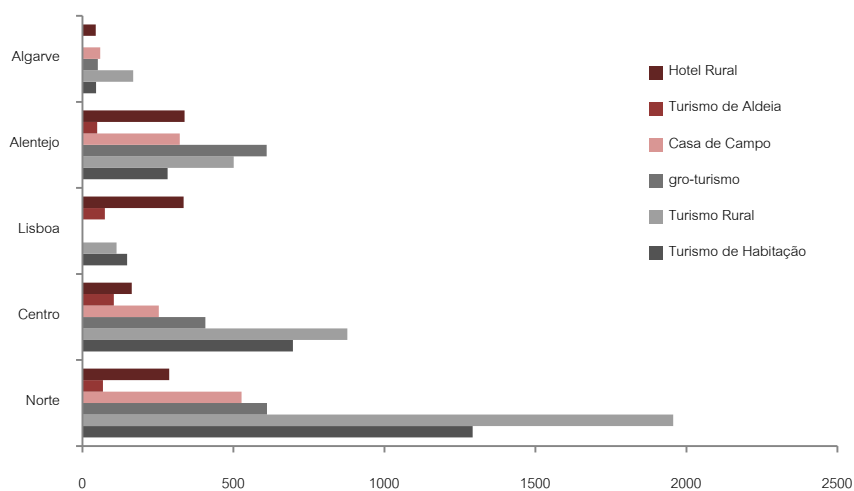
Oferta e procura no TER – 2007 (NUTII)

Capacidade de alojamento (unidades de turismo em espaço rural)



Fonte: TP – Turismo de Portugal

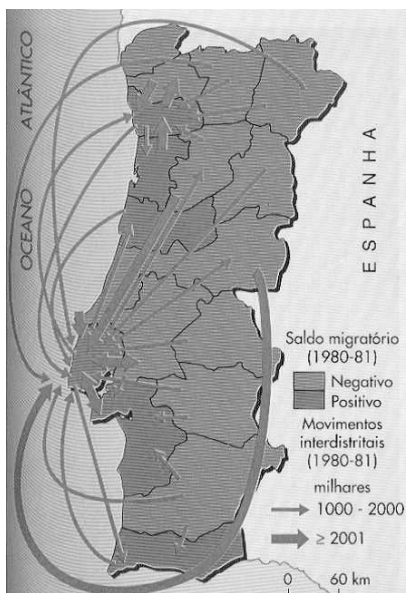
Capacidade Alojamentos (camas) 2007



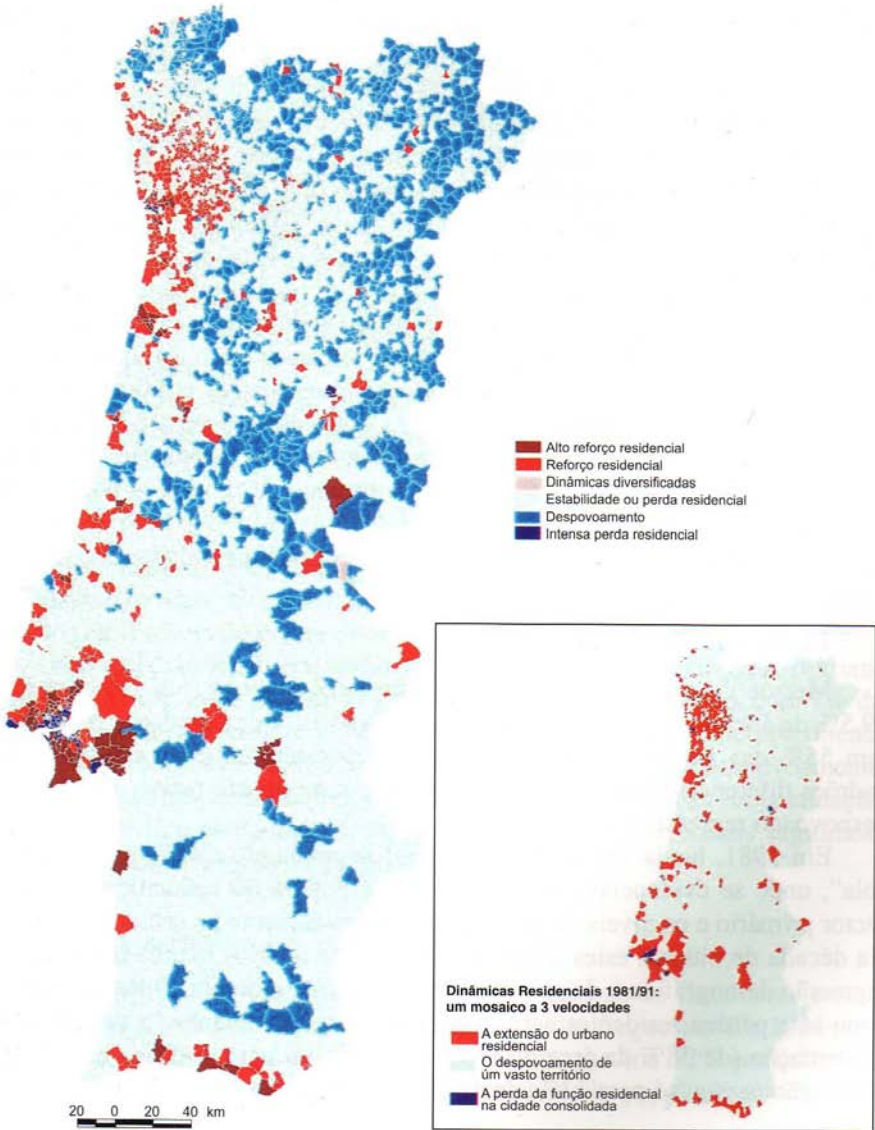
Fonte: TP – Turismo de Portugal

A fonte utilizada contabiliza as unidades de turismo rural nas suas diferentes tipologias, de acordo com dados estatísticos de Oferta e de procura do TER

Fluxos migratórios 1980-81

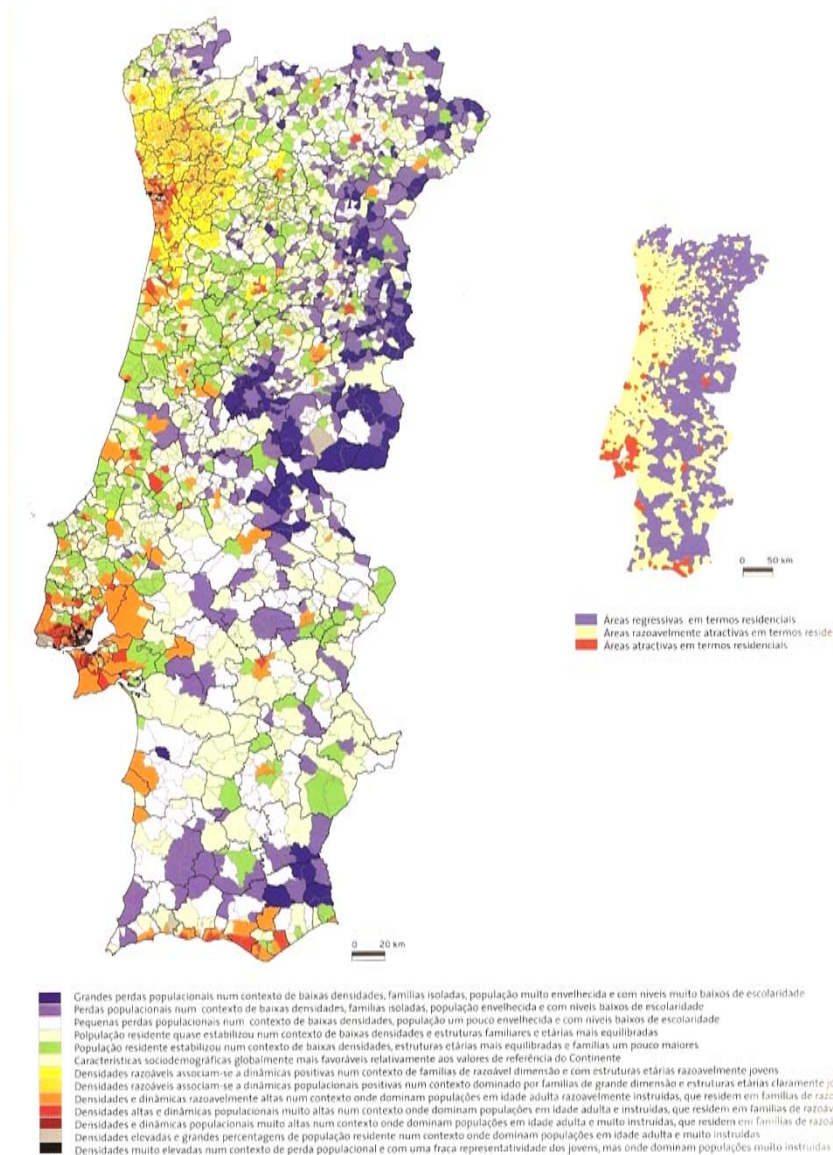


Dinâmicas residenciais 1981/91



In, Teresa Sá Marques. Op.cit. _fig 2

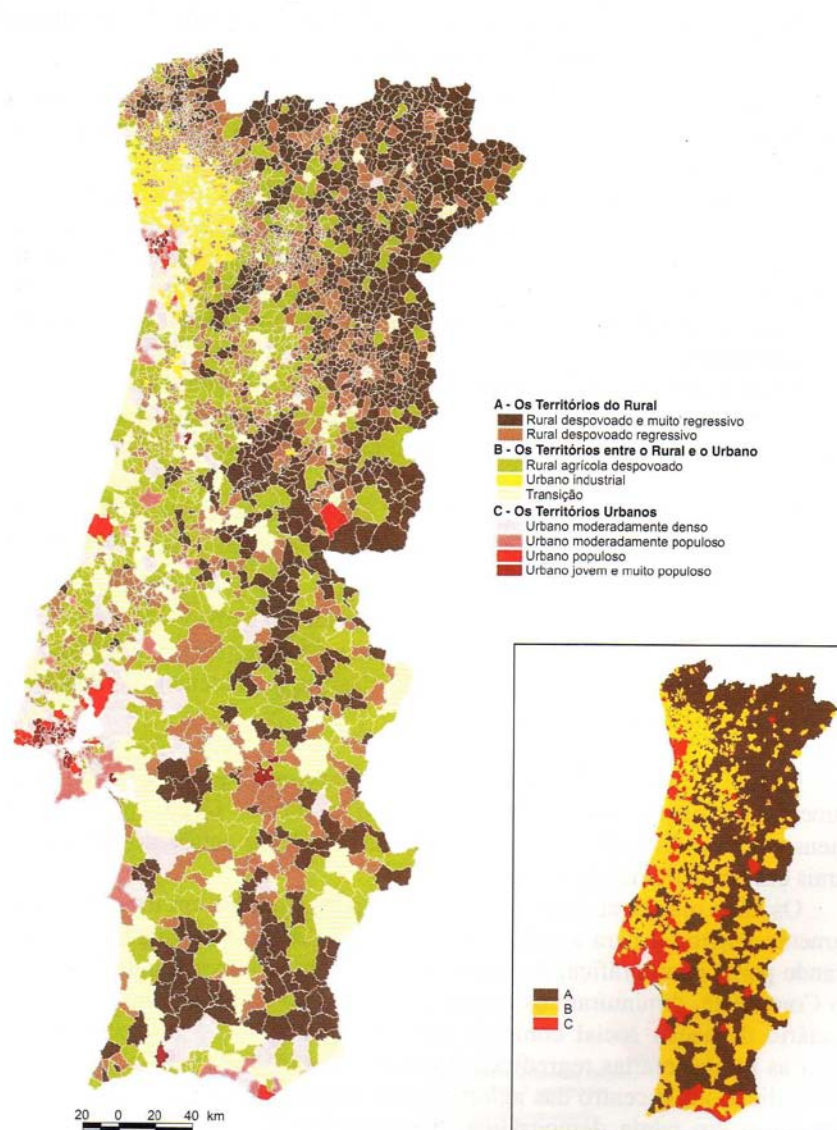
“Mosaico territorial _ estrutura sociodemográfica dos residentes”



Mapa retirado de Teresa Sá Marques, *Portugal na transição do século – retratos e dinâmicas territoriais*;

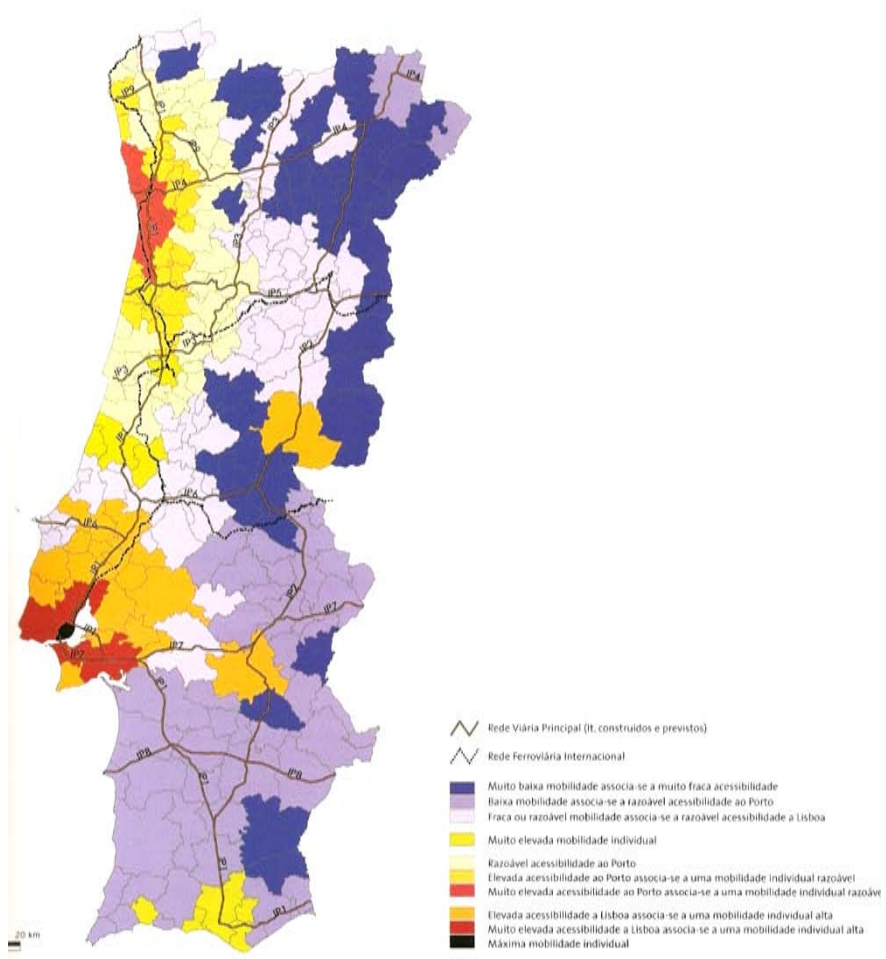
Padrões territoriais

Consideram-se três grandes tipos de territórios que por sua vez, se subdividem de forma a expressar a sua heterogeneidade e diversidade territorial:



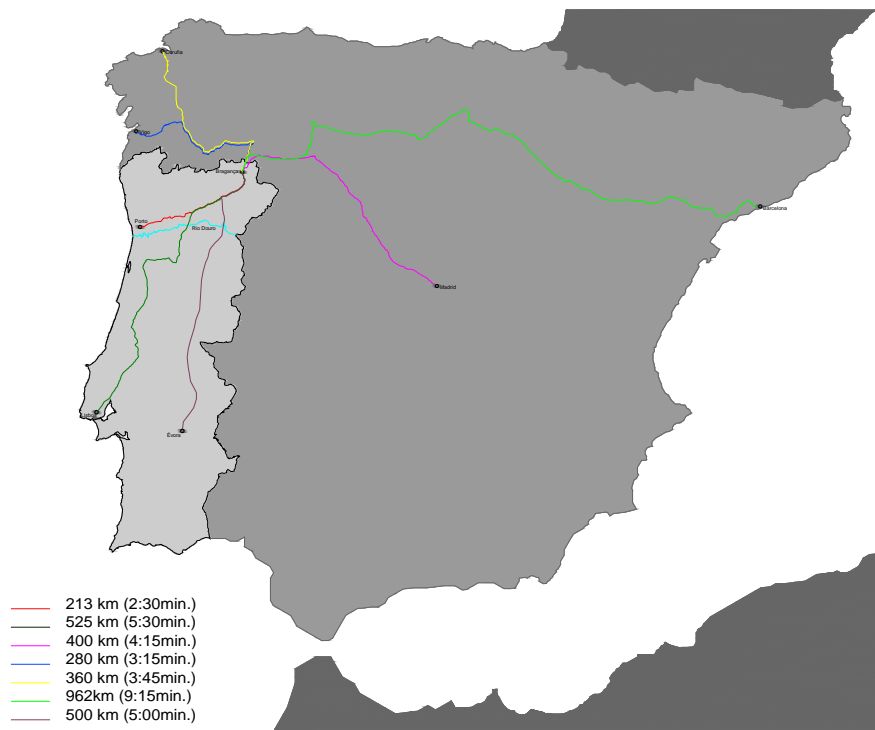
In, Teresa Sá Marques (2000), *Dinâmicas e padrões territoriais*. INE _fig 1

Mobilidade e Acessibilidade



Mapa retirado de Teresa Sá Marques, *Portugal na transição do século – retratos e dinâmicas territoriais*;

DISTÂNCIA | TEMPO



Mapa que traduz em tempo, a distância entre Bragança | Trás-os-Montes e os grandes centros urbanos

X. Glossário

ADXTUR | Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto
AIBT do Douro | Acção Integrada de Base Territorial do Douro
AQUA | Ambiente e Qualidade Urbana dos Aglomerados do Alqueva
CCDRC | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGT | Direcção geral do turismo
FAO | Food and Agriculture Organization
FEADER | Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER | Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA | Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FEP | Fundo Estrutural de Portugal
FSE | Fundo Social Europeu
FSE | Fundo Social Europeu
INE | Instituto Nacional de Estatística
IPAD | Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
LEADER | Ligações Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
OCDE | Desenvolvimento Económicos
PAC | Política Agrícola Comum
PANCD | Programa de Acção Nacional para o Combate a Desertificação
PDR | Programas de Desenvolvimento Rural
PEN | Plano Estratégico Nacional
PENDR | Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural
PENT | Plano Estratégico Nacional do Turismo
PRODER | Programa para o Desenvolvimento Rural
QREN | Quadro de Referencia Estratégico Nacional
TCP | Programa de Cooperação Técnica
TER | Turismo em Espaço Rural
UNCCD | United Nations Convention to Combat Desertification

XI. Índice de imagens

1. Idanha-a-Velha, Castelo Branco. Carina Tavares
2. Idanha-a-Velha, Castelo Branco. Carina Tavares
3. Google earth, 2009
4. Anónimo, anos 60, antes do abandono da aldeia. WWW.celtiberia.net
5. Inma. images.google.pt
6. Google earth, 2009
7. Búdal, Huesca, Espanha. Foto de José Ángel Gonzalez. WWW.panoramio.com
8. Búdal, Huesca, Espanha. Foto de Zieko. WWW.panoramio.com
9. Umbralejo, Cáceres, Espanha. Caesarem. WWW.panoramio.com
10. Umbralejo, Cáceres, Espanha. Caesarem. WWW.panoramio.com
11. Umbralejo, Cáceres, Espanha. Gcarazo. WWW.panoramio.com
12. Colletta di Castelbianco televillage, Ligúria, Itália. Valerio Saggini
13. Colletta di Castelbianco televillage, Ligúria, Itália. Valerio Saggini
14. Colletta di Castelbianco televillage, Ligúria, Itália. Valerio Saggini
15. Google earth, 2010
16. Santo André, Mogadouro. Carina Tavares
17. Santo André, Mogadouro. Carina Tavares
18. Benrezes, Macedo de Cavaleiros. Carina Tavares
19. Google earth, 2010
20. Pinhovel, Macedo de Cavaleiros. Carina Tavares
21. Google earth, 2010
22. Montesinho, Bragança. Nuno de Sousa
23. Montesinho, Bragança. Carina Tavares

XII. Bibliografia

ALVES, João Emílio. *Património rural e desenvolvimento: Do discurso institucional às dinâmicas locais. O programa Revitalização de aldeias e vilas históricas da região Alentejo*. Lisboa: ISCTE. 2002. (Dissertação de Mestrado).

AMARAL, Francisco Keil do. *Arquitectura Popular em Portugal* (1961). Lisboa: Associação dos arquitectos Portugueses. 3ª edição de 1988.

BAPTISTA, F. O. *Agriculturas e territórios*. Oeiras: Celta editora. 2001

BASTO, E.A. Lima e BARROS, Henrique de. *Inquérito à habitação rural*. 1ºvol. A habitação rural nas províncias do norte de Portugal. Lisboa: Universidade técnica de Lisboa. 1943

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. S. Paulo: Editora Perspectiva. 1993

BORGES, Pedro Maurício. *O lugar na modernidade* (1997). Trabalho de síntese realizado no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica. Coimbra: Departamento de arquitectura da FCTUC.

BRITO, Joaquim Pais de. *Retrato de aldeia com espelho: Ensaio sobre Rio de Onor*. (colecção «Portugal de perto». nº34). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

BRITO, Raquel Soeiro de (direcção de). *Portugal Perfil Geográfico*. Lisboa: Editorial Estampa..1994.

CANIGGIA, Gianfranco. *Strutture dello spazio antropico*. Firenze. 1976.

CARERI, Francesco. *Walkscapes. El andar como práctica estética*. Barcelona: GG Land&ScapeSeries. 2002.

CARQUEJA, C. *Turismo no espaço rural como alternativa ao desenvolvimento - Um estudo de caracterização e de avaliação da actividade em duas regiões do interior norte de Portugal* (tese de mestrado). Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. 1998.

CARVALHO, Pedro Guedes e SEQUEIRA, Tiago Neves. *As vantagens competitivas das cidades do interior de Portugal – o caso da Beira Interior*. Publicado na Revista de estudos urbanos e regionais 'Sociedade e Território' n.º33. Porto: Edições Afrontamento. Fevereiro 2002

CASTLE, E. N. *The benefits of space and the Cost of distance in the future rural America*. São Francisco: Rural Studies Series.. 1991

CAVACO, Carminda. "*Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*". Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. 1999.

CAVACO, C. & RAMOS, António. "*Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*". Programa de artes e ofícios tradicionais. Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional. 1994.

CCDRA - Comissão de Coordenação da Região Alentejo, (1999), *Projecto Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*, Documento de trabalho.

CCDRC - Comissão de Coordenação da Região Centro, (1999), *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*, (ed. original de 1998).

CHOAY, Françoise. "*A Alegoria do Património*". Edições 70. Lisboa. 2000

CHOAY, Françoise. "*O urbanismo*". Editora Perspectiva S.A. São Paulo, 1979

CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, 1º, Lisboa, 2001. *1º Congresso de estudos rurais; set 2001- Actores e políticas de desenvolvimento local*. Centro de estudos de Geografia e planeamento regional. Universidade Nova de Lisboa. 2001

COSTA, F. Ramos da. *Inquérito à habitação rural: crítica à obra – estudo e soluções do problema*. Lisboa: Seara Nova. 1944.

DGT (2003). *O Turismo no Espaço Rural 2002*. Lisboa: DGT.

DGT (2004). *O Turismo no Espaço Rural 2003*. Lisboa: DGT.

DGT (2005). *O Turismo no Espaço Rural 2004*. Lisboa: DGT.

DGT (2006). *O Turismo no Espaço Rural 2005*. Lisboa: DGT.

DGT (2006b). *Turismo no Espaço Rural 2006*. Lisboa: DGT.

DIAS, G. J. Coelho. A Dialéctica da Ruralidade e da Religião em Arouca, in *Revista Rurália*. n.º 3, 1994. p. 11-20.

DIONÍSIO, Sant'Anna. *Guia de Portugal – Trás-os-Montes e Alto Douro* (1970). Vol.5. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 3ªedição de 1995.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Pequeno dicionário da língua portuguesa*. 8ªedição, na ortografia do acordo luso-brasileiro de 1945. Lisboa: Livraria Bertrand. 1953

FONTES, António Lourenço. *Etnografia Transmontana - O comunitarismo de Barroso*. Montalegre. 1977

GASPAR, Jorge (direcção de). *Portugal em mapas e números*. Lisboa: Livros Horizonte. 1981 (2ªedição).

GONÇALVES, Rui Martins. *Arquitectura Humana – meio rural do alto Nordeste Transmontano*. Vinhais: Corane - Câmara Municipal de Bragança e Câmara Municipal de 2003.

GONÇALVES, Rui Martins. *Plano de desenvolvimento de Vilarelhos*. Câmara Municipal de Alfandega da Fé. Maio 2003.

GOMES, Rita Costa. *Castelos da raia - vol.II Trás-os-Montes*. IPPAR. 2003

LAMAS, António Ressano Garcia. *Morfologias Urbanas e desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1992

LYNCH, Kevin. *De qué tiempo es este lugar?* (traduzido por Justo B. Baramendi). Barcelona: Editorial Gustavo Gil. 1975. 1ª Edição.

[versão original: *What time is this place?*. The MIT Press. Cambridge. Massachusetts e London. 1972]

NEVES, Bruno; ROXO, Maria José; SANTOS, Nuno. *Percepção do termo “desertificação” na península Ibérica, fazendo uso das novas tecnologias de Informação*. e-Geo Centro de Geografia e Planeamento Regional. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. 2007

NORMA PORTUGUESA. *Normas Portuguesas de Referências Bibliográficas (NP 405)*. 1994. Diário da República. III Série, Nº 128 de 1994-06-03. Edição Janeiro de 1995.

MARQUES, marta Inez Medeiros. *O conceito de espaço rural em questão*. Terra Livre. S. Paulo, Ano 18, n.19. Julho/Dez.2002

MARQUES, Teresa Sá. *Dinâmicas e padrões territoriais*. INE – Porto: Direcção Regional do Porto. 2000

MARQUES, Teresa Sá. *Portugal na Transição do Século: Retratos e Dinâmicas Territoriais*. Edições Afrontamento. Setembro de 2004

OLIVEIRA, Ernesto veiga de e GALHANO, Fernando. *Arquitectura tradicional portuguesa*. Revisão e ampliação do artigo “Arquitectura”, publicado no volume I de «Arte Popular em Portugal». (colecção «Portugal de perto», N.º24). Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1959

PONTE, Karina Furini da. “Revista Nera”. Ano 7, n.4_Janeiro/Julho 2004

RAMOS, Francisco Martins. *Os proprietários da sombra*. Caleidoscópio. Dezembro 2007. 2ªedição

REIS, António e, CORDEIRO, Margarida. *A poesia da terra*. Cineclube de faro. 1997

RIBEIRO, J.; FREITAS, M. & MENDES R. (2000). *O Turismo no espaço rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal*. Congresso Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu. Vila Real: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.

ROSA, Manuel. *Estratégia e programação do desenvolvimento rural 2007- 2013*. In *Pessoas e Lugares* (Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+), II Série, nº 31. 2005

ROSÁRIO, Vital. *Situação do Planeamento à Escala Regional*. Publicado na Revista de estudos urbanos e regionais ‘Sociedade e Território’ n.º34. Porto: Edições Afrontamento. Setembro 2002.

SALAVESSA, Eunice. *A Casa do Arnal: restauro e reabilitação*. Instituto da Conservação da Natureza e Parque Natural do Alvão. Vila Real.

SNOZZI, Luigi. *Monte Carasso la reinvenzione del sito*. Berlin. 1995

SOUSA, José Pedro Arantes de. *Análise morfológica e lógicas de evolução urbana de uma cidade média em Portugal*. Prova Final. FAUP. 2000.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. *Paisagem*. Lisboa: Direcção geral do ordenamento do território e desenvolvimento urbano. 2004

VILLANOVA, Roselyne de, LEITE, Carolina e, RAPOSO, Isabel. *Casa de sonho*. [Maisons de rêve au Portugal. Editions Creaphis. Paris. 1994]. Edições Salamandra. 1995

ZUMTHOR, Peter. *Peter Zumthor : Therme Vals*. Zurich : Scheidegger & Spiess. 2007

Filme:

“Il vento fa il suo giro”. Giorgio Diritti. Arancia. Itália 2005

Documentários:

Aldeias fronteiriças_ Portugal-Espanha. RTP1. 4/01/2010

Casas de pedra e taipa _Tabuaço. RTPN. 9/12/2009

Casa da eira_ Tabuaço. RTP2. 26/01/2010

Webgrafia

www.aldeiashistoricasdeportugal.com

www.aldeiasdexisto.com

www.dgturismo.pt

www.genuineland.com

www.gpp.pt

www.programa-agro.net

